



# SENADO FEDERAL

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

### PAUTA DA 19<sup>a</sup> REUNIÃO

(1<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 57<sup>a</sup> Legislatura)

**28/09/2023  
QUINTA-FEIRA  
às 10 horas**

**Presidente: Senador Renan Calheiros  
Vice-Presidente: Senador Cid Gomes**



## Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**19<sup>a</sup> REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57<sup>a</sup> LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 28/09/2023.**

### **19<sup>a</sup> REUNIÃO, ORDINÁRIA**

***quinta-feira, às 10 horas***

### **SUMÁRIO**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	<b>MSF 57/2023</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR FERNANDO DUEIRE</b>	<b>6</b>
2	<b>MSF 58/2023</b> - Não Terminativo -	<b>SENADOR ALESSANDRO VIEIRA</b>	<b>47</b>

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

(19 titulares e 19 suplentes)

### TITULARES

#### **Bloco Parlamentar Democracia(UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)**

Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990	1 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(3)(6)	PB 3303-2252 / 2481
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)(6)	AP 3303-6777 / 6568	2 Sergio Moro(UNIÃO)(3)(6)	PR 3303-6202
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261	3 Ivete da Silveira(MDB)(3)(6)	SC 3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(3)	PE 3303-3522	4 Efraim Filho(UNIÃO)(3)(6)	PB 3303-5934 / 5931
Marcos do Val(PODEMOS)(3)(14)(16)	ES 3303-6747 / 6753	5 Carlos Viana(PODEMOS)(3)(14)(16)	MG 3303-3100
Cid Gomes(PDT)(3)(8)	CE 3303-6460 / 6399	6 Leila Barros(PDT)(3)(8)	DF 3303-6427
Alessandro Vieira(MDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	7 Izalci Lucas(PSDB)(3)	DF 3303-6049 / 6050

### SUPLENTES

#### **Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(REDE, PT, PSB, PSD)**

Daniella Ribeiro(PSD)(2)	PB 3303-6788 / 6790	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-3172 / 1464 / 1467
Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768	2 Omar Aziz(PSD)(2)	AM 3303-6579 / 6581
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	3 Margareth Buzetti(PSD)(2)	MT 3303-6408
Vanderlan Cardoso(PSD)(2)	GO 3303-2092 / 2099	4 Sérgio Petecão(PSD)(2)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Jaques Wagner(PT)(2)	BA 3303-6390 / 6391	5 Beto Faro(PT)(2)	PA 3303-5220
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054 / 6743
Chico Rodrigues(PSB)(2)	RR 3303-2281	7 Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301

#### **Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)**

Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)(11)	SP 3303-1177 / 1797	1 Carlos Portinho(PL)(1)(11)	RJ 3303-6640 / 6613
Mauro Carvalho Junior(UNIÃO)(1)(15)(11)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775	2 Wilder Moraes(PL)(1)(11)	GO 3303-6440
Tereza Cristina(PP)(5)(1)(11)	MS 3303-2431	3 Magno Malta(PL)(10)(5)(13)(11)	ES 3303-6370

#### **Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)**

Esperidião Amin(PP)(1)(12)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Ciro Nogueira(PP)(1)(12)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(1)(12)	RS 3303-1837	2 Mécias de Jesus(REPUBLICANOS)(1)(12)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mécias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- (5) Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (7) Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senado Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- (8) Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a ser membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- (9) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passaram a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- (10) Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- (11) Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- (12) Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mécias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).
- (13) Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).
- (14) Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).
- (15) Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
- (16) Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00  
 SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA  
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919  
 FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7  
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496  
 E-MAIL: cre@senado.leg.br  
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC=OL=54](https://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC=OL=54)



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
57<sup>a</sup> LEGISLATURA**

Em 28 de setembro de 2023  
(quinta-feira)  
às 10h

**PAUTA**

19<sup>a</sup> Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA  
NACIONAL - CRE**

	Indicação de Autoridades
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

Retificações:

1. Mudança de plenário (25/09/2023 16:20)
2. Nova mudança de plenário (27/09/2023 10:02)

# PAUTA

## ITEM 1

### MENSAGEM (SF) N° 57, DE 2023

#### - Não Terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO D'ARAUJO GABSCH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Fernando Dueire

**Relatório:** Pronto para deliberação

#### **Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)  
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)  
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

## ITEM 2

### MENSAGEM (SF) N° 58, DE 2023

#### - Não Terminativo -

*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.*

**Autoria:** Presidência da República

**Relatoria:** Senador Alessandro Vieira

**Relatório:** Pronto para deliberação

#### **Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)  
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)  
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

1

## INFORMAÇÃO

### ***CURRICULUM VITAE***

#### **CURRICULUM VITAE**



#### **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE RODRIGO D'ARAUJO GABSCH**

CPF: 009.039.037-76

ID.: 10.659 MRE

1969 Filho de Siegfried Sylvio Gabsch e Sonia Cordeiro d'Araujo Gabsch, nasce em 27 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ.

#### **Dados Acadêmicos:**

- |           |   |
|-----------|---|
| 1992      | Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro   |
| 1992      | Certificat Pratique de Langue Française, Université de Nancy II   |
| 1993-1994 | Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco (IRBr)  |
| 2003      | Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio Branco (IRBr)   |
| 2009      | Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco (IRBr), Aprovação Interna de Tratados Internacionais pelo Brasil - Possíveis opções para acelerar o seu processo |

#### **Cargos:**

- |      |  |
|------|--|
| 1994 | Terceiro-secretário                          |
| 1999 | Segundo-secretário                           |
| 2005 | Primeiro-secretário, por merecimento         |
| 2007 | Conselheiro, por merecimento                 |
| 2011 | Ministro de segunda classe, por merecimento  |
| 2021 | Ministro de primeira classe, por merecimento |

#### **Funções:**

- |           |   |
|-----------|---|
| 1994-1998 | Divisão de Política Comercial, assistente   |
| 1998-2002 | Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto  |
| 2002-2005 | Embaixada em Budapeste, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios                  |
| 2005-2009 | Presidência da República, assessor especial do ex-Presidente da República José Sarney |
| 2009-2014 | Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral-Adjunto                                    |
| 2014-2018 | Embaixada em Assunção, Ministro-Conselheiro e chefe da chancelaria                    |
| 2018-2022 | Departamento de África, diretor   |
| 2022-2023 | Assessoria Especial de Imprensa, chefe  |
| 2023-     | Departamento de América do Norte, diretor   |

#### **Obras publicadas:**

- |      |  |
|------|--|
| 2010 | "Aprovação Interna de Tratados Internacionais pelo Brasil — Possíveis opções para acelerar o seu processo", FUNAG, 2010, trabalho de CAE.                |
| 2022 | "A cláusula de entrada em vigor dos acordos executivos", in Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, 10 (19), 2022, p. 1-18. |

**Condecorações:**

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz.  
Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador.  
Ordem do Mérito Ministério Público Militar, Brasil, Distinção.  
Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.  
Medalha do Pacificador, Brasil.  
Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil.  
Medalha Amigo da Marinha, Brasil.

**FERNANDO PERDIGÃO**  
Chefe da Divisão do Pessoal



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) N° 57, DE 2023

(nº 417/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO D'ARAUJO GABSCH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 417

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RODRIGO D'ARAUJO GABSCH**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RODRIGO D'ARAUJO GABSCH** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de agosto de 2023.

---

EM nº 00239/2023 MRE

Brasília, 18 de Agosto de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RODRIGO D'ARAUJO GABSCH**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **RODRIGO D'ARAUJO GABSCH** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira*



Presidência da República  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 601/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor  
Senador Rogério Carvalho Santos  
Primeiro-Secretário  
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RODRIGO D'ARAUJO GABSCH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 25/08/2023, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4516925** e o código CRC **819D61F5** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007545/2023-31

SUPER nº 4516925

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS  
NO ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA  
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO  
DIVISÃO DE PAÍSES DO GOLFO

KUWAIT



OSTENSIVO

MAÇO BÁSICO

Agosto de 2023

<b>ADOS BÁSICOS</b>	
<b>NOME OFICIAL</b>	Estado do Kuwait
<b>CAPITAL</b>	Cidade do Kuwait
<b>ÁREA</b>	17.818 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO</b>	4,3 milhões, dos quais 1,8 milhão kuaitianos
<b>LÍNGUA OFICIAL</b>	Árabe
<b>PRINCIPAIS RELIGIÕES</b>	Islã (85%, sendo 70% destes sunitas e 30%, xiitas). Cristianismo, hinduísmo e demais religiões representam 15%
<b>SISTEMA DE GOVERNO</b>	Monarquia constitucional
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	Assembleia Nacional (Majlis Al-Ummah). Parlamento unicameral, composto por 50 membros eleitos para mandatos de quatro anos e por até 15 membros não eleitos (ministros indicados pelo emir, que se tornam automaticamente membros do parlamento)
<b>CHEFE DE ESTADO</b>	Emir Xeique Nawaf Al Ahmed Al Jaber
<b>CHEFE DE GOVERNO</b>	Primeiro-ministro Xeique Sabah Al-Khaled Al-Hamad al-Sabah
<b>MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS</b>	Xeique Ahmed Nasser al-Sabah
<b>PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL</b>	US\$ 184,5 bilhões (2022 est.); US\$ 136,7 bilhões (2021 est.); e US\$ 105,9 bilhões (2020)
<b>PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP)</b>	US\$ 247,8 bilhões (2022 est.); US\$ 214,1 bilhões (2021 est.); e US\$ 202,2 bilhões (2020)
<b>PIB PER CAPITA</b>	US\$ 38.389 (2022 est.); US\$ 28.884 (2021 est.); e US\$ 22.683 (2020)
<b>PIB PER CAPITA PPP</b>	US\$ 43.591 (2022 est.); US\$ 40.969 (2021 est.); e US\$ 41.006 (2020)
<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>	8,1% (2022 est.); 1,3% (2021 est.); -8,8% (2020); 4% (2019)
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2020)</b>	0.806 (64 <sup>a</sup> posição entre 189 países)
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2020)</b>	75,5 anos
<b>ALFABETIZAÇÃO (2020)</b>	96,3%
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Dinar kuaitiano
<b>EMBAIXADOR DO BRASIL NO KUWAIT</b>	Ao cargo foi indicado Rodrigo d'Araujo Gabsch
<b>EMBAIXADOR DO KUWAIT EM BRASÍLIA</b>	Nasser Riden Thamer Al Motairi

<b>Brasil → Kuwait</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023 (jan-jun)</b>
<b>Intercâmbio</b>	744,4	1.322	670,3	485	358	440	307,2	187,5	244,3	632,3	314,2
<b>Exportações</b>	357,3	306	239,1	198	223	227	209,3	183,9	193,7	300,9	126
<b>Importações</b>	387,1	1.016	430,7	287	135	213	97,9	3,6	50,6	331,4	188,2
<b>Saldo</b>	-30	-710	-191,2	-90	87	14	111,3	180,3	143,1	-30,5	-62,2

## PERFIS BIOGRÁFICOS

### **EMIR DO KUWAIT, XEIQUE NAWAF AL-AHMAD AL-JABER AL-SABAH**



Nasceu em 1937. Graduou-se no Reino Unido. É casado e tem quatro filhos e uma filha. Entre 1962 e 1978, foi governador da província de Hawalli. Foi Ministro do Interior até 1988 e ocupava a pasta da Defesa quando da invasão pelo Iraque em 1990. Após passagem pelo Ministério do Trabalho entre 1994 e 2003, voltou a ocupar o Ministério do Interior e foi nomeado Primeiro Vice-Primeiro-Ministro. Tornou-se Príncipe-Herdeiro em 2006 e sucedeu ao trono em setembro de 2020. Desempenhou relevante papel para união do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) em face de ameaças comuns e nomeou, como Príncipe-Herdeiro, o Xeique Meshal Al Ahmad Al Sabah, concentrando poder na família Al Sabah e sinalizando que o país não buscará mudanças de orientação política em curto prazo.

### **PRIMEIRO-MINISTRO, XEIQUE AHMAD NAWAF AL-AHMAD AL-SABAH**



Nasceu em 1956. Foi escolhido para o cargo de primeiro-ministro em julho de 2022 e formou novo governo em agosto daquele ano. Foi reconduzido ao cargo após anúncio do resultado das eleições em junho de 2023. Ele é filho de Nawaaf Al-Ahmad Al-Jaber Al-Sabah, o emir do Kuwait. Xeique Ahmad iniciou sua carreira na força policial e depois entrou para o Ministério do Interior, onde aposentou-se em 2014. Ele também foi governador de Hawalli. Depois que seu pai, assumiu o poder em 2020, ele foi nomeado vice-chefe da Guarda Nacional. O xeique Ahmad foi ainda vice-primeiro-ministro e ministro do Interior do governo anterior, que apresentou sua renúncia em abril de 2022, antes de uma moção de não cooperação no parlamento contra o xeique Sabah, que havia sido primeiro-ministro desde 2019.

### **MINISTRO NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, XEIQUE SALEEM ABDULLAH AL-JABER AL-SABAH**



Nasceu em 1957. Graduou-se em Ciências Políticas pela Universidade Americana em Beirute, onde obteve também o título de Mestre em Ciências Políticas, em 1991. É funcionário de carreira no Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde iniciou na função de adido diplomático em 1986. Serviu como diplomata na Missão junto as Nações Unidas de 1991 a 1998. Foi Embaixador na República da Coreia entre 1998 e 2001 e nos Estados Unidos de 2001 a 2022. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em outubro de 2022.

## APRESENTAÇÃO

As evidências mais antigas de presença humana no território kuaitiano datam de cerca de 8.000 a.C. A localização estratégica do território — ao sul da foz do Shatt Al Arab (confluência dos rios Tigre e Eufrates) — e a presença de um porto natural fizeram do Kuwait ponto de passagem para o comércio marítimo e terrestre. Dadas as difíceis condições climáticas e a escassez de água, foi extremamente reduzida, até o século 18, a ocupação permanente do território kuaitiano.

No início do século 18, o agravamento das condições climáticas no interior da Península Arábica força diversas tribos nômades a migrarem, algumas das quais vão estabelecer-se na margem sul do Golfo. Datam desse período o primeiro vilarejo onde hoje se situa a Cidade do Kuwait e o deslocamento do clã al-Sabah para a região.

Em 1756, os chefes tribais locais elegem o líder do clã al-Sabah como governante do vilarejo e de sua vizinhança imediata, iniciando etapa de regência dessa família no Kuwait que dura até os dias de hoje. Em 1871, o Império Otomano reconhece o emir do Kuwait como subgovernador, ligado à província de Basra. Em 1896, o xeique Mubarak al-Sabah assassina dois de seus irmãos e impõe-se como governante do território. A partir de sua morte, haverá alternância de poder entre os descendentes de dois de seus filhos, Jaber e Salem.

Mubarak assina, em 1899, acordo estabelecendo o Kuwait como protetorado britânico. A Convenção Anglo-Turca de 1913 reconhece o Kuwait novamente como unidade autônoma do Império Otomano, mas é posteriormente considerada nula com a irrupção da I Guerra Mundial, quando Londres voltou a manter o Kuwait como protetorado britânico.

No início da década de 1930, a economia local — até então centrada em comércio, pesca e extração de pérolas — entra em colapso em decorrência da crise econômica mundial e do surgimento da indústria de pérolas cultivadas. Em 1938, no entanto, a abertura do primeiro poço de petróleo no país inaugura novas e promissoras possibilidades de geração de renda. A exploração em escala industrial começa após a Segunda Guerra Mundial, operada principalmente por empresas britânicas, e, em 1953, o Kuwait torna-se o maior produtor de petróleo no Golfo.

Em junho de 1961, o Kuwait alcançou sua independência do Reino Unido, a primeira entre as atuais monarquias do Golfo. Na ocasião, o Iraque manifestou inconformismo, alegando ser o Kuwait parte de seu território, com base nos elos do Kuwait com a província otomana de Basra. Reação negativa da Liga dos Estados Árabes e do Reino Unido resultou em recuo iraquiano.

A exploração petrolífera trouxe prosperidade inédita para o emirado, que, após a independência, construiu extenso aparato burocrático e de bem-estar social. O Estado passa a empregar a maior parte da população nacional, havendo grande influxo de estrangeiros para desempenhar diversas tarefas no setor privado.

Em 1961, foram atendidos apelos por reformas políticas e representação parlamentar com a convocação de uma Assembleia Constituinte e a promulgação, em novembro de 1962, da Constituição. Apesar do caráter pioneiro e relativamente independente do parlamento kuaitiano, não se logrou estabelecer relação estável entre

Legislativo e Executivo, comandado pela família al-Sabah, tendo o emir o poder discricionário de dissolver o parlamento.

Em agosto de 1990, o Iraque renova suas reivindicações territoriais e invade o Kuwait, que permanece ocupado até 26 de fevereiro de 1991, quando é libertado por coalizão internacional sob a égide das Nações Unidas e liderada pelos EUA.

Nos anos seguintes à invasão, o governo kuwaitiano destinou relevante parte dos recursos de seus fundos soberanos para o esforço de reconstrução. Aos poucos, o retorno da produção petrolífera permitiu o restabelecimento da prosperidade anterior, apesar de jamais ter sido recuperado o *status* de principal centro de negócios do Golfo.

## RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1968, foram estabelecidas formalmente relações diplomáticas entre o Brasil e o Kuwait e criada a primeira Embaixada do Brasil junto ao Estado do Kuwait, com sede no Cairo. Em 1975, o Brasil inaugurou missão diplomática residente no Emirado, gesto retribuído pelo Kuwait, em agosto do mesmo ano, em Brasília.

Desde então, houve duas visitas de Ministros das Relações Exteriores brasileiros ao Kuwait (1986 e 2005) e uma visita de Ministro dos Negócios Estrangeiros (1975) e uma de Primeiro-Ministro (2010) kuaitianos ao Brasil. Para além dessas visitas bilaterais, o Emir do Kuwait participou da Conferência Rio-92 e o Chanceler kuwaitiano participou de reunião, em Brasília, em 2005, da Cúpula América do Sul–Países Árabes (ASPA).

Em junho de 2018, na Cidade do Kuwait, realizou-se a I Reunião de Consultas bilaterais. A segunda edição das consultas ocorreu em fevereiro de 2021, de forma remota. A então Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, visitou o país em setembro de 2019. Em dezembro de 2019, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Bolsonaro, também visitou o Kuwait. Os Chanceleres brasileiro e kuaitiano encontraram-se em 2019, à margem da AGNU, e falaram-se ao telefone em junho de 2020. O país não foi incluído nos périplos presidenciais pelos países do Golfo em 2019 e em 2021 por incompatibilidade da agenda do Emir.

A crise do petróleo de 1973 compeliu o Brasil a estreitar seus vínculos com os países árabes exportadores de hidrocarbonetos, inclusive o Kuwait. Datam dessa época a criação de um mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação, de 1975, e intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

Após o aumento das taxas internacionais de juros, em 1981, e a consequente crise internacional da dívida de 1982, seguiu intenso o intercâmbio de visitas de autoridades financeiras. Em abril de 1986, Roberto de Abreu Sodré realizou a primeira visita de um chanceler brasileiro ao Kuwait.

A invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, e a subsequente Guerra do Golfo alteram o panorama das relações do Brasil com o Emirado. O diálogo bilateral, até então concentrado no plano econômico-comercial, ganhou maior densidade política, em especial nos períodos 1993-1994 e 1998-99, quando o Brasil ocupou assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Entre 1993 e 1994, intensificaram-se as gestões kuwaitianas com solicitação de apoio para implementação, pelo Iraque, de resoluções da ONU, inclusive as referentes à demarcação da fronteira após a Guerra do Golfo. No período 1998-1999, o representante brasileiro nas Nações Unidas presidiu três painéis criados pelo CSNU relativos à situação no Iraque (sobre desarmamento, assuntos humanitários, e prisioneiros de guerra e propriedade kuwaitianos).

Na instância máxima da ONU, o Brasil sempre defendeu a manutenção da soberania e da integridade territorial do Kuwait e o cumprimento, pelo Iraque, de todas as resoluções do CSNU.

A partir de 1995, inicia-se processo de retomada das trocas comerciais, interrompidas pela Guerra do Golfo. Nas duas décadas seguintes, esse processo se intensifica, com o comércio bilateral atingindo o ponto máximo de US\$ 1,5 bilhão, em 2014. A queda brusca do preço e da quantidade de petróleo importado do Kuwait após aquele ano, e a diminuição de exportações brasileiras para o Kuwait levam o fluxo comercial a registrar retração.

Em 2022, o intercâmbio comercial Brasil-Kuwait totalizou US\$ 632 milhões, aumento de 158% em relação a 2021. As exportações brasileiras foram de US\$ 301 milhões, incremento de 55% com relação ao ano anterior, enquanto as importações alcançaram US\$ 331 milhões, um salto de mais de 550% em relação ao ano anterior. A corrente de comércio gerou déficit de pouco mais de US\$ 30 milhões para o Brasil.

Os principais produtos da pauta exportadora foram, nessa ordem: carne de aves (78% do total, US\$ 126 milhões); carne bovina (6,4%, US\$ 8 milhões); demais produtos da indústria de transformação (4,8%, US\$ 6 milhões); despojos comestíveis de carne (3,5%, US\$ 4 milhões) e tubos de ferro ou aço (2,7%, US\$ 3 milhões). Ainda que em nível relativamente modesto, merecem destaque as exportações de carne bovina, que estiveram ausentes da pauta entre 2013 e novembro de 2020, devido a questões sanitárias já resolvidas.

O substancial aumento das importações brasileiras em 2022 levou as compras brasileiras a patamares que não eram observados no comércio bilateral desde meados da década passada. Na pauta de produtos importados do Kuwait, destacaram-se os óleos combustíveis de petróleo (88%, US\$ 293 milhões); enxofre (7,4%, US\$ 24 milhões); e demais produtos da indústria de transformação (4,3%, US\$ 14,1 milhões), que responderam por 99,7%.

É crescente a percepção do Kuwait como fonte potencial de investimentos — a *Kuwait Investment Authority*, fundo soberano nacional, é o 3º maior do mundo, controlando ativos estimados em US\$ 737 bilhões.

Os investimentos kuwaitianos no Brasil somam cerca de US\$ 2 bilhões. Há interesse em incrementá-los em áreas como segurança alimentar, energia renovável, mineração, petróleo e finanças.

O Kuwait procura costumeiramente estabelecer Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos, em modelo não aceito pelo Brasil, e Acordos para Eliminar a Dupla Tributação (ADT) com seus principais destinos de investimento.

A cooperação no domínio da defesa ainda é incipiente, mas poderá beneficiar-se da assinatura de acordo bilateral na área.

Em 2022, o Secretário de Assuntos Estratégicos (SAE) realizou visita ao país chefiando delegação integrada por 60 empresários, a maioria deles da área de defesa.

O Brasil e o Kuwait assinaram Acordo de Cooperação Técnica em 2010. Há interesse mútuo na prospecção de projetos de cooperação trilateral em setores como agricultura em terceiros países.

## POLÍTICA INTERNA

O Kuwait é uma monarquia constitucional. O Executivo é presidido pelo emir, que conserva grau elevado de poder decisório, não só em virtude de suas atribuições constitucionais, mas também de sua condição de patriarca da família al-Sabah. Salvo em circunstâncias excepcionais, o emir define as linhas gerais de ação governamental, não se envolvendo nas atividades cotidianas de governo, das quais se encarrega o primeiro-ministro. A Constituição de 1962, entretanto, faculta ao emir emitir decretos com força de lei e designar o primeiro-ministro e demais membros do gabinete, além de dissolver o parlamento a qualquer momento, resultando na convocação de eleições gerais. Diferentemente de outros sistemas parlamentaristas, os ministros não necessitam ser membros do parlamento, mas se tornam parlamentares ao serem indicados (embora pelo menos um dos até 16 ministros do gabinete deva ser escolhido entre os membros eleitos da Assembleia Nacional).

Além dos postos de emir, príncipe-herdeiro e primeiro-ministro, os al-Sabah sempre mantiveram em suas mãos as pastas mais importantes, como Defesa, Interior, Negócios Estrangeiros, Energia, Comunicações e Planejamento.

O parlamento kuwaitiano é unicameral, formado por até 65 representantes: 50 eleitos e até 15 membros do gabinete escolhidos pelo emir. O parlamento pode editar leis, convocar ministros e o primeiro-ministro para explicações, e pode proceder a um voto de não-confiança, destituindo qualquer dos membros do gabinete — mas não o primeiro-ministro.

O mecanismo de interpelação foi recentemente utilizado pelo parlamento contra os Ministros da Defesa e do Interior. Apesar de terem escapado por pequena margem de moção de não-confiança, ambos abriram mão de seus cargos em fevereiro de 2022. Em abril de 2022, o então primeiro-ministro, xeique Sabah, e todo o Gabinete apresentaram pedido de renúncia coletiva, na véspera de votação de moção de não confiança no parlamento. Em julho de 2022, o príncipe-herdeiro, que assumiu grande parte das funções do Emir em razão de debilidade de saúde, indicou o filho mais velho do Emir, xeique Ahmad Nawaf Al-Ahmad Al-Sabah, como primeiro-ministro. Foi a quarta renúncia coletiva desde o final de 2020, o que tem sido visto por muitos analistas como indicativo da crise institucional no país, que estaria causando paralisação política e impedindo a aprovação das reformas planejadas para dinamizar a economia local e reduzir os gastos orçamentários do Estado kuwaitiano.

Também diferentemente de outras monarquias da região, o parlamento participa da escolha do governante, devendo aprovar, por maioria absoluta, o nome do príncipe-herdeiro proposto pelo emir. Caso não seja aprovado, o emir deve submeter à eleição pela Assembleia os nomes de três outros candidatos da família al-Sabah. Novas leis podem ser vetadas pelo emir, mas o veto pode ser vencido pelo voto de dois terços da Assembleia.

A Constituição veda a formação de partidos políticos, mas tradicionalmente há agrupamentos informais ligados por laços ideológicos, religiosos e familiares. As

---

tradicionais famílias comerciais do país têm, também, grande influência política, elegendo diversos representantes. Desde 2005, mulheres têm capacidade eleitoral passiva e ativa e formam mais da metade dos cerca de 480.000 eleitores registrados.

O sistema político kuwaitiano teve 11 eleições gerais desde 2013. A história política recente do país é marcada por trajetória de embates entre o Legislativo e o Executivo. A oposição — formada por parlamentares de plataforma essencialmente religiosa, membros tribais, alguns liberais e grupos de jovens ativistas — obteve vitória histórica nas eleições de fevereiro de 2012. O Executivo reagiu alterando a legislação eleitoral e, após novos atritos, dissolvendo o parlamento e convocando novas eleições, boicotadas por segmentos da oposição (especialmente facções religiosas).

Há no país liberdade de culto, existindo templos de diversas religiões. Tradicionalmente, há boa convivência entre diferentes vertentes do islã (xiitas representam entre 30 e 40% dos nacionais kuwaitianos, sendo a maioria sunita). Mesmo havendo controles estatais (há leis duras e abrangentes de lesa-majestade, por exemplo), a mídia é relativamente livre. Como em outros países da região, há uma grande proporção de estrangeiros no Kuwait — de uma população de cerca de 4,3 milhões, menos de 30% seriam kuwaitianos.

O Kuwait conta, também, com numerosa e antiga população de apátridas (chamados "bidoons" — do árabe, "bidoon jinsiya", ou "sem nacionalidade"), que chegariam a 100.000. Os bidoons são descendentes daqueles que, por razões diversas (estilo de vida nômade, *status* migratório, distância dos principais centros urbanos, falta de informação, etc.) não foram registrados como cidadãos nos anos que sucederam à independência. Até a invasão pelo Iraque, em 1990, os bidoon tinham acesso a serviços governamentais básicos, sendo inclusive empregados pelo governo (especialmente nas Forças Armadas). Depois da guerra, rumores de suposta colaboração dessa população com o invasor deram causa a dura reação governamental: os bidoon foram impedidos de receber registro de nascimento ou passaporte, estudar em escolas estatais, trabalhar, dirigir automóveis, casar ou abrir contas bancárias. Nesse quadro, os níveis de pobreza são previsivelmente altos, havendo temores de radicalização religiosa entre os bidoons.

Após o anúncio oficial, em 7 de junho de 2023, dos resultados das eleições parlamentares e entrega do cargo por parte do Primeiro-Ministro Xeique Ahmad Nawaf Al-Ahmad Al-Sabah, conforme determina a Constituição, foi publicado, em 19 de junho de 2023, decreto reconduzindo o Xeique Al-Sabah como Primeiro-Ministro. Trata-se do quarto gabinete do Xeique Ahmad nos últimos meses, desde sua primeira designação como Primeiro-Ministro, em julho de 2022, e a formação de governo em agosto seguinte. O mesmo decreto define os demais 15 ocupantes do novo Gabinete, que repete nove nomes participantes do Gabinete anterior. Entre os nomes mantidos, figura o do Xeique Salem Abdullah Al-Jaber Al-Sabah, que segue como Ministro dos Negócios Estrangeiros.

## POLÍTICA EXTERNA

Desde o século XVIII, resguardar a autonomia kuwaitiana em face de vizinhos mais populosos e poderosos configurou a prioridade máxima, e a diplomacia sempre figurou como ferramenta útil para tal fim. O Kuwait contou com protetores externos — otomanos e, mais tarde, britânicos — que providenciaram segurança, sem, em geral, interferir em assuntos internos kuwaitianos. Essa linha de ação manteve-se mesmo após a independência, em 1961, quando o Kuwait — tendo como vizinhos mais próximos a Arábia Saudita, o Irã e o Iraque — solicitou a permanência de pessoal militar britânico. Após a retirada britânica do Golfo, em 1971, buscou estabelecer laços mais próximos com os EUA.

Não obstante, em 1990, o Kuwait foi invadido pelo Iraque. Além de antigas reivindicações territoriais iraquianas, o Iraque ressentia-se de suposta "traição" por parte das monarquias do Golfo, entre as quais o Kuwait, que — apesar de terem apoiado o Iraque na guerra contra o Irã (1980-1988) — não haviam perdoado as dívidas iraquianas contraídas durante o conflito, além de minarem a recuperação econômica iraquiana ao produzirem petróleo além da cota acordada pela OPEP.

A intervenção de coalizão internacional liderada pelos EUA e chancelada pela ONU restabeleceu, em 1991, a independência kuwaitiana, mas a destruição física e os traumas causados passaram a ocupar lugar central na política externa dos anos pós-guerra. No âmbito multilateral, o Kuwait buscou estreitar ainda mais os laços com membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em especial, com os EUA, e exigiu o fiel cumprimento por Bagdá de todas as resoluções aprovadas pelo CSNU relacionadas à conflagração. A participação na coalizão internacional contra o governo iraquiano de Saddam Hussein também passou a ser importante critério na condução das relações bilaterais kuwaitianas. Atualmente, o Kuwait apoia abertamente iniciativas que contribuem para estabilização do país vizinho, tendo organizado, por exemplo, em 2018, Conferência Internacional para a Reconstrução do Iraque.

Nos anos 2000, a política externa kuwaitiana passou a buscar nova diversificação de parceiros e temas. Em 2004, durante viagem à China, o então chanceler Mohammed al-Sabah declarou inaugurada nova fase de "diplomacia econômica", em contraste com o que chamou de "diplomacia preventiva", que havia prevalecido até a queda de Saddam Hussein. A tônica dessa nova fase seria ir além das tradicionais relações com países do entorno regional imediato e países relevantes por questões de segurança, com vistas a aumentar o peso político do Kuwait, elevar os níveis de comércio e promover a diversificação da economia do país, dependente da indústria petrolífera.

O Kuwait mantém longa tradição de assistência humanitária, sobretudo a países árabes (Síria, Iêmen, Palestina, Jordânia, Egito), com amplo reconhecimento internacional. O país organizou as Conferências Internacionais de Doadores em favor da Síria em 2017 e em 2018. O Emir do Kuwait foi agraciado pela ONU, em 2014, com o título de "Líder Humanitário". O Banco Mundial reconheceu oficialmente, em 2019, o protagonismo do Emir do Kuwait em prol do desenvolvimento econômico-social dos países em desenvolvimento.

No campo da diplomacia econômica, ressalta o papel desempenhado pela *Kuwait Investment Authority* (KIA) e pelo *Kuwait Fund for Arab Economic Development* (KFAED – que, apesar do nome, não se restringe a países árabes). Só a KIA recebe anualmente pelo menos 10% de todas as receitas governamentais do Kuwait. O fundo tem perfil cauteloso, concentrando seus investimentos em economias desenvolvidas. Já o KFAED é utilizado como instrumento para adensar o relacionamento com países em desenvolvimento, por meio de empréstimos subsidiados. O KFAED prioriza projetos nos setores de transporte, comunicações, agricultura, saneamento básico e meio ambiente, solicitados por autoridades de nível local ou nacional.

A despeito de esforços de diversificação, as relações bilaterais mais importantes para o Kuwait continuam a ser com os EUA e com os países de seu entorno geográfico. A relação com o país norte-americano é marcada pela gratidão pela libertação, em 1991, bem como pela manutenção da presença militar dos EUA no país, constituindo importante fator de dissuasão. Ao longo dos anos 2000, contudo, os EUA deixaram de ser principal parceiro comercial do Kuwait, com as exportações de petróleo kuaitiano concentrando-se cada vez mais na Ásia (Coreia do Sul, China, Japão e Índia).

O Kuwait possui laços tradicionalmente próximos e amistosos com a Arábia Saudita, vizinho e parceiro no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). No entanto, assim como outros membros menores do CCG, o Kuwait busca resguardar sua autonomia com relação a Riade.

A República Islâmica do Irã representa desafio complexo para a política externa kuaitiana. Apesar disso, o governo kuaitiano tem propugnado o diálogo com Teerã, defendendo o direito iraniano a desenvolver programa nuclear pacífico e apoiando o acordo nuclear de 2015 (JCPOA). Em 2018, quando da retirada dos EUA do acordo, a chancelaria kuaitiana declarou compreender e respeitar a decisão de Washington, mas sem endossá-la expressamente, como fizeram a Arábia Saudita, o Bahrein e os Emirados Árabes Unidos (EAU).

Desde sua independência, o Kuwait busca exercer influência moderadora em seu entorno regional, tendo participado de diversas iniciativas de mediação de conflitos. Em julho de 2017, com a eclosão de crise diplomática entre a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Bahrein e o Egito (o "quarteto"), de um lado, e o Catar, do outro, o emir do Kuwait buscou mediar a disputa.

O Kuwait participa formalmente da coalizão liderada pela Arábia Saudita no Iêmen. O Chanceler kuaitiano tem afirmado que a solução para o conflito deve ser política, não militar. Em 2016, o Kuwait sediou rodadas de negociações entre o governo iemenita e os rebeldes houthis, que não avançaram.

O Kuwait é um dos principais defensores dos interesses palestinos na questão com Israel, opondo-se à normalização da ocupação israelense de territórios palestinos e ressaltando a necessidade que um acordo de paz seja fundamentado pelo direito internacional.

Em 2004, foi criada a “Istanbul Cooperation Initiative” (ICI), iniciativa da OTAN para cooperar com países do Oriente Médio da qual participam, além do Kuwait, do Bahrein, do Catar e dos Emirados Árabes Unidos. No contexto da ICI foi estabelecido, em território kuaitiano, o Centro Regional de Treinamento da OTAN. O Kuwait também tem o Programa para Cooperação e Parceria com a OTAN, renovado

periodicamente, e o Acordo de Trânsito, assinado em 2016, que permite movimento, em território kuwaitiano, de tropas e de equipamento militar da OTAN.

## ECONOMIA

O Kuwait é o quinto maior produtor da OPEP e detém a 9ª reserva de petróleo no mundo, correspondente a 6% do total. Em 2019, antes da queda de 10% registrada em 2020, motivada pela queda nas cotações de petróleo e pela pandemia da covid-19, o PIB kuwaitiano chegou a US\$ 135 bilhões. A economia começou a se recuperar em 2021. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, o PIB — que cresceu 1,3% em 2021 e 8,1% em 2022 — alcançou US\$ 185 bilhões em 2022.

No final da década de 1930, o Kuwait iniciou etapa de transição econômica, deixando de ter no comércio e na extração de pérolas suas principais atividades, substituindo-as pela extração de petróleo. A partir de então, a economia local tornou-se quase exclusivamente dependente do setor de hidrocarbonetos. Na década de 1950, o Kuwait transformou-se em um dos principais produtores e exportadores mundiais de petróleo e gás natural. Em 1976, o governo completou o processo de nacionalização da indústria petrolífera, o que, somado ao aumento de preços do primeiro choque do petróleo, três anos antes, resultou em rápido incremento da capacidade financeira do governo.

Segundo avaliação da OPEP, o Kuwait detém reservas equivalentes a 102 bilhões de barris de petróleo, 1,8 bilhão de metros cúbicos de gás natural e tem um dos menores custos de produção, da ordem de US\$ 5 por barril. A renda do setor petrolífero representa mais de 80% das receitas governamentais, e a indústria de hidrocarbonetos responde por mais de 60% do PIB e cerca de 90% das exportações. A exploração de petróleo e gás é feita pela *Kuwait Petroleum Corporation* (KPC), com 100% do capital de propriedade do Estado do Kuwait, e por meio de suas subsidiárias.

Até o início da pandemia de covid-19, o Kuwait produzia 2,9 milhões de barris/dia, dos quais 2,5 milhões eram exportados. Cerca de 75% das exportações kuwaitianas de petróleo e derivados (US\$ 42 bilhões) têm como destino cinco países da Ásia: Coréia do Sul, US\$ 8,7 bilhões; China, US\$ 8,1 bilhões; Índia, US\$ 5,7 bilhões; Japão, US\$ 5,4 bilhões; e, Singapura, US\$ 2,9 bilhões.

O governo do Kuwait lançou, em 2017, o plano de desenvolvimento nacional "Kuwait Vision 2035", que almeja diminuir a dependência econômica na indústria do petróleo e transformar o país em centro comercial e financeiro até 2035, sobretudo por meio de investimentos em infraestrutura e reformas legislativas e institucionais. Foram divulgados ambiciosos projetos de construção, como "cidades ecológicas", estádios, terminais portuários e outros. Gastos governamentais associados ao plano, principalmente no setor de construção civil, contudo, têm aumentado o déficit fiscal. A esses gastos somam-se subsídios ao consumo de energia elétrica e combustíveis e a tradicional política de garantia de emprego no setor público a cidadãos kuwaitianos — mais de 80% dos kuwaitianos empregados trabalham para o governo.

São constantes os pronunciamentos de autoridades governamentais reconhecendo a necessidade de ajustes fiscais, tendo o próprio emir recomendado cortes no orçamento e maior controle sobre os gastos públicos. Apesar disso, há escassas medidas práticas nesse sentido. O Kuwait foi o último membro do CCG a revisar sua política de subsídios aos combustíveis, em 2016.

A retração do preço do petróleo na última década exerceu significativo impacto no déficit público, cujo orçamento se sustenta praticamente apenas com a renda advinda desse produto. O governo foi obrigado a buscar financiamento externo, que atingiu 25% do PIB (US\$ 141 bilhões, em 2019). O orçamento do Estado kuwaitiano para o ano fiscal de 2020 registrou déficit estimado em US\$ 31 bilhões (1,19% maior que o de 2019), para além de despesas excepcionais relacionadas à pandemia.

Como medidas para enfrentar os desafios econômicos criados pela pandemia de covid-19, o Banco Central adotou uma série de medidas de apoio às empresas. A Associação dos Bancos anunciou moratória de seis meses para pagamento de empréstimos contraídos por pessoas físicas e pequenas e médias empresas. A despeito da contração econômica e do aumento das taxas de desemprego em 2020, os reflexos negativos da pandemia concentraram-se no endividamento externo do país e nos rendimentos auferidos pelo fundo soberano em seus investimentos em outras regiões do mundo.

No campo da política monetária, o Banco Central aumentou a oferta de crédito em 3,6% ao longo de 2020. Os bancos estão bem capitalizados, com alta liquidez. A autoridade monetária monitora regularmente o risco de crédito, com avaliação prospectiva da qualidade dos ativos e manutenção de reservas adequadas.

Enquanto a maioria dos kuwaitianos trabalha no setor público, com melhores salários, benefícios, e reduzidas horas de trabalho, os trabalhadores estrangeiros atuam no setor privado. O governo oferece incentivos financeiros para seus nacionais que trabalhem no setor privado e impõe quotas de emprego de kuwaitianos às empresas. Apesar disso, cada vez menos nacionais desejam entrar para a iniciativa privada, fazendo com que as vagas preteridas sejam preenchidas por expatriados, vindos principalmente da Ásia (Índia, Paquistão, Filipinas) e de outros países árabes (Egito, Líbano, Síria, etc.).

Analistas preveem que as exportações de hidrocarbonetos e a receita tributária do Kuwait sejam muito menores a partir de 2023. Combinado com o aumento dos gastos do governo previstos no projeto de orçamento de 2023-24, a Economist Intelligence Unit (EIU) projeta déficit orçamentário do país de média anual de 4,1% do PIB entre 2023 e 2027 (em comparação com superávit de 1,5% do PIB anteriormente). Ainda segundo a EIU, a queda dos preços do petróleo e das exportações também poderia resultar em superávit de conta corrente mais estreito no período, com uma média anual de 10,6% do PIB, em comparação com 12,7% no ano anterior.

Cabe notar que o plano de desenvolvimento quinquenal do Kuwait para os anos fiscais de 2020-21 a 2025-26 inclui foco na Zona Econômica do Norte, que abrangerá, entre outros, o megaprojeto Silk City e o porto Mubarak al-Kabeer, de US\$ 6,5 bilhões, ambos considerados cruciais para o Kuwait.

## ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de <b>Cooperação</b> entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Coveite	23/3/1975	10/2/1976	11/3/1976
<b>Declaração Conjunta</b> entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Coveite	25/3/1975	25/3/1975	Publicação direta
Memorando de Entendimento sobre Estabelecimento de <b>Consultas Bilaterais</b>	8/5/2002	8/5/2002	22/7/2002
Acordo de Cooperação <b>Cultural</b>	23/2/2005	17/5/2010	24/9/2014
Acordo sobre <b>Serviços Aéreos</b>	22/7/2010	29/1/2019	7/11/2019
Acordo de <b>Cooperação Técnica</b>	22/7/2010	Em processo de ratificação	
Emenda ao Acordo de <b>Cooperação</b>	22/7/2010	11/2/2019	1/8/2019
Memorando de Entendimento sobre Cooperação <b>Esportiva</b>	22/7/2010	7/2/2011	10/8/2011
Memorando de Entendimento entre Áreas de <b>Meio Ambiente</b> e Desenvolvimento Sustentável	22/7/2010	21/12/2016	13/1/2017

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL NO KUWAIT**

**Candidato: RODRIGO D'ARAUJO GABSCH**

---

**PERFIL DO CANDIDATO****Embaixador Rodrigo d'Araujo Gabsch**

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1969, Rodrigo d'Araujo Gabsch é diplomata de carreira. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1992 e, em 1994, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr). No Brasil, trabalhou como assistente na Divisão de Transportes, Comunicações e Serviços do MRE de 1994 a 1998. Entre 2005 e 2009, foi assessor especial do ex-presidente da República José Sarney. De 2018 a 2022, exerceu o cargo de diretor do Departamento da África e, entre 2022 e 2023, foi chefe da Assessoria Especial de Imprensa do MRE. Em 2023, serviu como diretor do Departamento de América do Norte. É presidente da Comissão de Ética do Ministério das Relações Exteriores desde 2021.

No exterior, o embaixador Rodrigo d'Araujo Gabsch serviu no Consulado-Geral do Brasil em Nova York como cônsul-adjunto (1998-2002) e posteriormente como cônsul-geral-adjunto (2009-2014). Trabalhou nas Embaixadas do Brasil em Budapeste, entre 2002 e 2005, como segundo-secretário, e em Assunção, de 2014 a 2018, onde foi ministro-conselheiro.

Em 2010, pela Fundação Alexandre de Gusmão, publicou a obra ‘Aprovação Interna de Tratados Internacionais pelo Brasil - Possíveis opções para acelerar o seu processo’, a partir de tese aprovada no Curso de Altos Estudos do IRBr.

Caso seja aprovada a sua indicação, a experiência e a trajetória profissional do embaixador Rodrigo d'Araujo Gabsch contribuirão para o aprofundamento das relações entre o Brasil e o Kuwait, com vistas a buscar diversificar e ampliar a agenda bilateral com aquele país.

## PRINCIPAIS TEMAS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E O KUWAIT

### I – Relações diplomáticas

Em 1968, foram estabelecidas formalmente relações diplomáticas entre o Brasil e o Kuwait e foi criada a primeira Embaixada do Brasil junto ao Estado do Kuwait, com sede no Cairo. Em 1975, o Brasil inaugurou sua missão diplomática residente no emirado, gesto reciprocado pelo Kuwait em Brasília, em agosto do mesmo ano.

Desde então, houve duas visitas do ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Kuwait (1986 e 2005), uma visita do ministro dos Negócios Estrangeiros (1975) e uma do primeiro-ministro (2010) kuaitianos ao Brasil. Para além das visitas bilaterais, o emir do Kuwait participou da Conferência Rio-92, e o chanceler kuaitiano participou de reunião da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) em Brasília, em 2005.

Em junho de 2018, na Cidade do Kuwait, realizou-se a I Reunião de Consultas bilaterais; a segunda edição das consultas ocorreu em fevereiro de 2021, de forma remota. A então ministra da Agricultura do Brasil visitou o país do Golfo em setembro de 2019. Os chanceleres brasileiro e kuaitiano encontraram-se em 2019, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, e conversaram ao telefone em junho de 2020. Em 2022, o então ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República fez visita ao Kuwait.

Na perspectiva histórica, a crise do petróleo de 1973 compeliu o Brasil a estreitar seus vínculos com os países árabes exportadores de hidrocarbonetos, inclusive o Kuwait. Datam dessa época a criação de um mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação, de 1975, e intenso intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

Após o aumento das taxas internacionais de juros, em 1981, e a consequente crise internacional da dívida de 1982, continuou intenso o intercâmbio de visitas de autoridades financeiras, então com o objetivo de angariar o apoio kuaitiano para iniciativas de refinanciamento das dívidas públicas e privadas brasileiras com o emirado. Ocorre nessa época, igualmente, esforço coordenado entre os ministérios militares e as empresas de defesa brasileiras no sentido de abrir o mercado kuaitiano para os produtos nacionais de defesa. Nesse contexto, Roberto de Abreu Sodré realizou a primeira visita de um chanceler brasileiro ao Kuwait, em abril de 1986.

A invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, e a subsequente Guerra do Golfo alteraram o panorama das relações do Brasil com o emirado. Até então concentrado no plano econômico-comercial, o diálogo bilateral ganhou maior densidade política ao longo da década de 1990, em especial nos períodos 1993-1994 e 1998-99, quando o Brasil ocupou assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Entre 1993 e 1994, intensificaram-se as gestões kuaitianas solicitando apoio para a implementação pelo Iraque de resoluções da ONU, inclusive as referentes à demarcação da fronteira após a Guerra do Golfo. No período de 1998 a 1999, o representante brasileiro nas Nações Unidas presidiu três painéis criados pelo CSNU relativos à situação no Iraque (sobre desarmamento, assuntos humanitários e prisioneiros de guerra e propriedade kuaitianos).

A atuação do Brasil no Conselho de Segurança foi pautada pela defesa da manutenção da soberania e da integridade territorial do Kuwait e do cumprimento, pelo Iraque, de todas as resoluções do CSNU.

A partir de 1995, inicia-se processo de retomada das trocas comerciais, interrompidas pela Guerra do Golfo. Nas duas décadas seguintes, esse processo se intensifica e a corrente de comércio bilateral atinge pico de quase US\$ 1,5 bilhão, em 2014. A queda brusca do preço e da quantidade de petróleo importado do Kuwait após aquele ano levou o fluxo comercial a registrar retração.

## **II – Relações econômico-comerciais**

Em 2022, o intercâmbio comercial Brasil-Kuwait totalizou US\$ 632,4 milhões, aumento de 159% em relação a 2021 (US\$ 244 milhões), com déficit para o Brasil de US\$ 30,5 milhões (em 2021, houve superávit de US\$ 143 milhões). Em 2022, as exportações brasileiras foram de US\$ 301 milhões, incremento de 55,3% com relação ao ano anterior (US\$ 193,6 milhões).

Os principais produtos da pauta exportadora foram carne de aves (74%), milho (8,6%), carne bovina (6,5%) e tubos de ferro ou aço (2,5%). Merecem destaque as exportações de carne bovina, que estiveram ausentes da pauta entre 2013 e 2020, devido a questões sanitárias já resolvidas.

As importações brasileiras em 2022 alcançaram US\$ 331,4 milhões, variação positiva de 655% em relação ao ano anterior (US\$ 50,5 milhões). Já em 2020, as vendas kuaitianas para o Brasil alcançaram seu menor patamar histórico devido à redução da importação de querosene de aviação daquele país por parte do Brasil. Na pauta de produtos importados do Kuwait em 2022, destacaram-se óleos de petróleo (88,3%), enxofre (7,4%) e hidrocarbonetos cílicos (2,9%). O Kuwait também exporta fertilizantes azotados para o Brasil.

O Kuwait considera o Brasil um de seus principais parceiros estratégicos em segurança alimentar, mas haveria espaço para diversificação da pauta exportadora brasileira não somente do setor alimentício, como também dos setores moveleiro e construção civil. Há potencial de expansão do comércio bilateral com aquele país, que funciona, ademais, como plataforma de reexportação para países vizinhos de maior população, como o Iraque.

É crescente a percepção do Kuwait como fonte potencial de investimentos – a *Kuwait Investment Authority* é o terceiro maior fundo soberano nacional do mundo, controlando ativos estimados em US\$ 737 bilhões. O fundo é dividido em dois segmentos, o *General Reserve Fund* (GRF) e o *Future Generations Fund* (FGF). O primeiro atua como um fundo de “poupança”, reforçando as reservas kuaitianas, e seus recursos podem ser utilizados para o pagamento de despesas correntes, se previsto em lei. Dessa forma, o GRF possui perfil mais conservador. Já o perfil de investimentos do FGF é mais arrojado. Todos os lucros do FGF são obrigatoriamente realocados para o próprio fundo.

Os investimentos kuaitianos no Brasil somam cerca de US\$ 2 bilhões. Há interesse em incrementá-los em áreas como segurança alimentar, energia renovável, mineração, petróleo e finanças.

O Kuwait procura costumeiramente estabelecer Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos, modelo distinto do favorecido pelo Brasil, e Acordos para Eliminar a Dupla Tributação (ADT) com seus principais destinos de investimento.

## **III – Cooperação em outras áreas**

A cooperação no domínio da defesa ainda é incipiente, mas poderá beneficiar-se da assinatura de acordo bilateral na área. A cooperação policial e em inteligência é outra vertente a ser explorada.

O Brasil e o Kuwait assinaram Acordo de Cooperação Técnica em 2010. Há interesse mútuo na prospecção de projetos de cooperação trilateral em setores como agricultura em terceiros países.

#### **IV – Temas culturais**

O Brasil e o Kuwait assinaram Acordo de Cooperação Cultural em 2005.

#### **V – Consular**

A comunidade brasileira soma a 150/200 pessoas, em sua maioria representada por profissionais de futebol, pilotos de aviação e pessoas casadas com estrangeiros radicados no Kuwait. É baixa a procura por vistos de turismo ou de negócios. Do contingente de estrangeiros radicados no Kuwait, a procura por vistos recai sobretudo em cidadãos libaneses e sírios.

## MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)<sup>1</sup>

### VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

### MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

### VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

---

<sup>1</sup> O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

**MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO**

(Alinhado ao PEI-MRE)

**VISÃO**

Refletir a visão do Itamaraty de ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência. Manter, ampliar e aprofundar as relações diplomáticas com o Kuwait e a promoção e a defesa dos interesses brasileiros com aquele país.

**MISSÃO DO POSTO**

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com o Estado do Kuwait, assim como fomentar a cooperação bilateral em todos os níveis.

**VALORES**

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO**

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com o Kuwait nos âmbitos bilateral e internacional, assim como a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado kuaitiano, com foco na prosperidade e no desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.
2. Desenvolver cooperação produtiva com o Kuwait em áreas de interesse comum.
3. Promover a imagem e a cultura do Brasil junto ao Kuwait.
4. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com o governo kuaitiano.
5. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros no Kuwait, prospectando oportunidades e apoiando as empresas e investidores brasileiros.
6. Promover oportunidades de investimento no Brasil com foco na atuação externa de empresas e fundos de capital kuaitianos.
7. Apoiar e desenvolver a diplomacia da inovação.
8. Promover o Brasil como destino turístico junto ao público kuaitiano.
9. Prestar apoio consular à comunidade brasileira radicada no país
10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do Posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e qualidade.

**METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE**

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

**I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

**1) Apoiar tratativas de cooperação em matéria de saúde animal e vegetal com vistas à intensificação do comércio bilateral em matéria agrícola**

- *Estreitamento dos contatos com o governo kuaitiano, bem como com associações de classe e empresários do setor;*
- *Monitoramento e informação à Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), em Brasília, das repercussões e eventuais decisões do governo do Kuwait sobre a adoção de medidas comerciais que possam afetar as exportações brasileiras, inclusive com vistas a mitigar eventuais efeitos adversos ao setor exportador do país;*

**2) Promover maior abertura do mercado kuaitiano aos produtos do Brasil**

- *Apoiar o diálogo institucional entre as autoridades sanitárias e fitossanitárias de ambos os países, com vistas a não apenas ampliar a base de produtos agropecuários que podem ser exportados para o Kuwait, como também manter fluido o comércio nas linhas atuais;*
- *Apoiar iniciativas dos produtores e de associações setoriais brasileiras em atividades de promoção comercial no Kuwait;*
- *Favorecer a participação de exportadores e associações de produtores brasileiros em feiras e eventos realizados no Kuwait;*
- *Promover maior colaboração entre câmaras de comércio e associações homólogas entre Brasil e Kuwait.*

**3) Facilitar entendimentos em nível técnico e político com vistas à convergência de posições em foros multilaterais de comércio, em particular na OMC.**

**4) Apoiar e incrementar a participação do Brasil no fluxo de comércio com o Kuwait, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos.**

- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros, buscando diversificar a pauta do comércio bilateral, hoje concentrada em produtos da agroindústria;*
- *Atualização do “Guia Como Exportar – Estado do Kuwait”;*
- *Apoio à organização de eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado local;*
- *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes no Kuwait;*
- *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
- *Manutenção de diálogo com setores produtivos brasileiros;*

- *Apoio a empresários e investidores interessados no mercado brasileiro;*
- *Apoio a empresários e investidores brasileiros interessados no mercado kuaitiano;*
- *Apoio a investidores brasileiros em seu processo de instalação no Kuwait (“after-care”);*
- *Desenvolvimento e aprofundamento de ações de promoção comercial e “matchmaking”, em parceria com entidades como as federações de indústrias estaduais e suas homólogas; e*
- *Promoção da participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas no Kuwait.*

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações com vistas à abertura do mercado kuaitiano a produtos e serviços brasileiros;
- 2) Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais e a atores relevantes, bem como o número de atividades de inteligência e de promoção comercial;
- 3) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre temas econômico-comerciais;
- 4) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre a resolução de pendências sanitárias e fitossanitárias;
- 5) Número de relatórios de conjuntura sobre o desempenho da economia local produzidos pela Embaixada.

**II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS**

**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Apoiar e fortalecer a relação bilateral com o Kuwait por meio da intensificação de visitas oficiais e de trabalho de lado a lado e da realização periódica de reuniões de mecanismos diplomáticos
  - *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Kuwait e vice-versa;*
  - *Apoio substantivo e logístico aos trabalhos preparatórios à realização de reuniões bilaterais;*
  - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e kuaitianos, em formato presencial ou virtual.*
2. Administrar e ampliar a interlocução entre Brasil e Kuwait

- *Apoio à manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo kuaitiano, inclusive por meio da realização de reunião de consultas políticas;*
- *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e o Kuwait;*
- *Representação do governo brasileiro em eventos oficiais.*

**3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa kuaitianas**

- *Promoção de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país, além de canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro no Kuwait;*
- *Promoção de canais regulares de diálogo com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade kuaitiana nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural e de segurança e defesa;*
- *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa kuaitianas, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação ao Kuwait;*
- *Elaboração de materiais informativos em linha com os interesses e demandas do governo brasileiro.*

**4. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral**

- *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;*
- *Provisão de informações e análises sobre propostas do governo kuaitiano para a abertura de negociação de acordos bilaterais; e*
- *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado kuaitiano.*

**5. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral**

- *Apoio a visitas, encontros e eventos entre membros do Congresso Nacional brasileiro e membros do Parlamento kuaitiano; e*
- *Apoio a encontros e eventos de parlamentares brasileiros relacionados ao Kuwait.*

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

**1) Número de reuniões bilaterais realizadas durante a gestão**

**2) Número de visitas oficiais de lado a lado realizadas durante a gestão**

- 3) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos e formadores de opinião, dentre outros;
- 4) Número de relatos do posto sobre temas de política interna e externa do Kuwait e demais assuntos de interesse da política externa brasileira;
- 5) Número de negociações de acordos bilaterais durante a gestão.

### **III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO**

#### **i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais dos quais Brasil e o Kuwait são partes**
  - *Registro e análise de temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Kuwait em foros multilaterais;*
  - *Diálogo com representantes governamentais kuaitianos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais; e*
  - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.*
- 2. Apoiar candidaturas brasileiras a organismos multilaterais que contam com o Kuwait entre seus membros**
  - *Realização de gestões para buscar o apoio do governo kuaitiano a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais.*
- 3. Acompanhar a participação do Kuwait, em temas de interesse brasileiro, em organismos regionais e em foros multilaterais dos quais o Brasil não faça parte**
  - *Registro e análise de temas de interesse relativos à atuação do Kuwait em organismos regionais;*
  - *Registro e análise de temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Kuwait em foros que não contam com a participação do Brasil.*

#### **ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de gestões e reuniões promovidas com autoridades kuaitianas sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo**
- 2) Número de gestões relativas a encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais**

### **IV – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL**

---

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade kuaitiana e diversificar as referências culturais brasileiras**
  - *Apoio à inserção brasileira em festivais de cinema;*
  - *Promoção de eventos de fotografia, design, música e dança brasileiros;*
  - *Apoio a mostras de artes plásticas brasileiras;*
  - *Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;*
  - *Apoio a eventos de gastronomia brasileira;*
  - *Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com feiras internacionais realizadas no país;*
  - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
  - *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira; e*
  - *Apoio à difusão do ensino de artes marciais no Kuwait, por meio de instrutores brasileiros.*
  
- 2. Ampliar a sinergia entre os setores de promoção comercial e cultural do Posto como forma de promoção da marca Brasil e de agregação de valor aos produtos brasileiros**
  
- 3. Promover intercâmbio cultural entre os dois países**
  - *Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e kuaitianos; e*
  - *Fomento ao intercâmbio cultural-artístico e organização de festivais bilaterais.*
  
- 4. Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
  - *Diversificação das ações no campo da economia criativa, pela promoção tanto dos serviços e produtos brasileiros, quanto dos projetos de cooperação entre atores kuaitianos e brasileiros; e*
  - *Apoio às iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira no Kuwait.*
  
- 5. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes kuaitianos**
  - *Promoção do Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores, com o apoio da Embratur;*
  - *Apoio a entidades e a associações do ‘trade’ turístico interessadas em realizar eventos de promoção do turismo;*
  - *Apoio a iniciativas dos estados e municípios brasileiros que desejem promover seu turismo receptivo junto ao mercado kuaitiano.*
  
- 6. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público kuaitiano**

- *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil pela embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex-Brasil, para divulgação de produtos brasileiros*

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de eventos de cinema, música, dança, artes plásticas e literatura;
- 2) Número de ações de promoção cultural;
- 3) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira;
- 4) Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a Embratur;
- 5) Número de contatos mantidos pela embaixada com veículos de imprensa e formadores de opinião;
- 6) Números relacionados a ações de comunicação da embaixada em redes sociais.

**V – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE**

**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Promover o diálogo e a cooperação bilaterais com o Kuwait na área do desenvolvimento sustentável**
  - *Fortalecimento do diálogo institucional com o governo do Kuwait sobre desenvolvimento sustentável e combate à mudança do clima.*
  - *Reforço da interlocução com o setor privado e a sociedade civil locais, em benefício de oportunidades de cooperação técnica e financeira, e de promoção da imagem do Brasil nos planos ambiental e climático;*
  - *Apoio às ações do governo brasileiro com vistas à mobilização de recursos do governo e do setor privado do Kuwait para iniciativas ambientais brasileiras;*
  - *Fortalecimento do diálogo técnico bilateral em prol da sustentabilidade com governo, setor privado e academia e fomento ao intercâmbio de soluções inovadoras em áreas como energia limpa, agricultura de baixo carbono, infraestrutura sustentável, finanças verdes e cidades inteligentes.*
  - *Divulgação de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
  - *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos locais dos efeitos da mudança do clima.*
2. **Promover o diálogo e a cooperação multilaterais com o Kuwait na área ambiental**
  - *Apoio ao diálogo Brasil-Kuwait sobre clima e desenvolvimento sustentável, com vistas a identificar possíveis convergências na agenda de fóruns globais;*

- *Apoio ao diálogo bilateral no âmbito das Conferências das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (COP), especialmente a COP 30, a realizar-se em Belém do Pará.*
- 3. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental**

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável.**

## VI – COOPERAÇÃO EM AGROPECUÁRIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e o Kuwait**
  - *Incentivo à cooperação com governo kuaitiano para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I;*
  - *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I;*
  - *Apoio ao diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta.*
- 2. Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I**
  - *Apoio à aproximação entre instituições brasileiras de fomento à pesquisa e suas congêneres kuaitianas.*
- 3. Apoiar a aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**
  - *Diálogo com representantes da indústria de CT&I no Kuwait, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas;*
  - *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
  - *Promoção de cooperação entre parques tecnológicos dos dois países;*
  - *Apoio e promoção de startups brasileiras no mercado kuaitiano.*

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema;**
- 2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com governo, empresas e entidades setoriais, eventos e missões.**

## VII – COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DEFESA

### i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fomentar o intercâmbio acadêmico e a cooperação entre instituições de ensino superior de Brasil e Kuwait
2. Explorar as oportunidades de cooperação em segurança e defesa
  - *Avaliação das possibilidades de atualização do marco jurídico bilateral em segurança e defesa.*

### ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões do posto com atores governamentais e acadêmicos sobre cooperação educacional;
- 2) Número de reuniões e gestões do posto sobre cooperação em segurança e defesa.

## VIII – APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO KUWAIT

### i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Aprimorar o mapeamento da comunidade brasileira no Kuwait
2. Garantir a oferta de serviços consulares de qualidade aos nacionais e estrangeiros
3. Buscar facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território kuaitiano, em coordenação com o Conselho de Cidadãos mantido naquela jurisdição
4. Promover o diálogo consular com a chancelaria kuaitiana, com vistas a solucionar eventuais problemas relativos a políticas migratórias e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros

### ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes do Conselho de Cidadãos no Kuwait;
- 2) Número de reuniões com a chancelaria kuaitiana sobre os temas de interesse da comunidade brasileira residente no país;
- 3) Número de usuários atendidos pelo setor consular.

## RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 57, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RODRIGO D'ARAUJO GABSCH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait.*

Relator: Senador **FERNANDO DUEIRE**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor RODRIGO D'ARAUJO GABSCH, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido em 1969, o diplomata indicado graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 1992, mesmo ano em que obteve Certificado de Prática da Língua Francesa pela Universidade de Nancy II. Nos anos de 1993 e 1994, no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira

Diplomática. Em 2003, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e em 2009 o Curso de Altos Estudos, tendo defendido a tese “Aprovação interna de tratados internacionais pelo Brasil - Possíveis opções para acelerar o seu processo”, publicada pela Fundação Alexandre Gusmão em 2010.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1994. Em 1999, foi promovido a Segundo-Secretário. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 2005; a Conselheiro em 2007; a Ministro de Segunda Classe em 2011; e a Ministro de Primeira Classe em 2021.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Cônsul-Adjunto em Nova York (1998 a 2002); Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios em Budapeste (2002 a 2005); Assessor Especial do ex-Presidente da República José Sarney (2005 a 2009); Cônsul-Geral-Adjunto em Nova York (2009 a 2014); Ministro-Conselheiro e Chefe da Chancelaria na Embaixada em Assunção (2014 a 2018); Diretor do Departamento de África (2018 a 2022); Chefe da Assessoria Especial de Imprensa (2022 a 2023); e atualmente Diretor do Departamento de América do Norte.

O diplomata foi agraciado ao longo da carreira com distintas condecorações nacionais.

Em observância às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Estado do Kuwait.

Cuida-se de monarquia constitucional com parlamento unicameral. Até o começo da década de 1930, quando o Kuwait era ainda protetorado britânico, a economia local se baseava em comércio, pesca e extração de pérolas. Somente em 1938 foi aberto o primeiro poço de petróleo e a exploração em escala industrial foi iniciada após a Segunda Guerra Mundial. Em 1953, o Kuwait tornou-se o maior produtor de petróleo no Golfo.

Alcançada sua independência no ano de 1961, a exploração de petróleo assegurou a construção de extenso aparato burocrático e de bem-estar social. Essa prosperidade foi interrompida com a invasão do Kuwait pelo Iraque, que o ocupou de agosto de 1990 até fevereiro de 1991. Nos anos seguintes, o governo kuwaitiano dedicou-se ao esforço de reconstrução do país. No entanto, o *status* de principal centro de negócios do Golfo não foi recuperado.

Brasil e Kuwait estabeleceram relações diplomáticas formalmente no ano de 1968. A crise do petróleo levou o Brasil a estreitar vínculos com países árabes exportadores de hidrocarbonetos, inclusive o Kuwait. Nesse sentido, houve a criação de mecanismo bilateral de Comissão Mista, a assinatura do Acordo de Cooperação de 1975 e foi intensificado o intercâmbio de visitas de autoridades financeiras entre os dois países.

A invasão do Kuwait pelo Iraque seguida da Guerra do Golfo constituiu novo marco nas relações bilaterais, a qual passou a se voltar mais para o campo político. Vale lembrar que, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil defendia a manutenção da soberania e da integridade territorial do Kuwait, bem como o cumprimento pelo Iraque das resoluções do Conselho de Segurança.

Já as trocas comerciais pós-Guerra do Golfo foram retomadas em 1995. O comércio bilateral atingiu seu ponto máximo de US\$ 1,5 bilhão em 2014. Houve, porém retração, devido à queda brusca do preço e da quantidade de petróleo importado do Kuwait e à diminuição de exportações brasileiras para aquele país.

Já no ano de 2022, o intercâmbio comercial Brasil-Kuwait totalizou US\$ 632 milhões, o que representou aumento de 158% em relação a 2021. As exportações brasileiras de US\$ 301 milhões significaram aumento de 55% com relação ao ano anterior e as importações alcançaram US\$ 331 milhões, incremento de mais de 550% em relação ao ano anterior. Houve, portanto, déficit de pouco mais de US\$ 30 milhões em desfavor do Brasil.

Os principais produtos da pauta exportadora foram, nessa ordem: carne de aves (78% do total, US\$ 126 milhões); carne bovina (6,4%, US\$ 8 milhões); demais produtos da indústria de transformação (4,8%, US\$ 6 milhões); despojos comestíveis de carne (3,5%, US\$ 4 milhões) e tubos de ferro ou aço (2,7%, US\$ 3 milhões). O Itamaraty dá destaque para as exportações de carne bovina, que estiveram ausentes da pauta entre 2013 e novembro de 2020, em razão de questões sanitárias que foram superadas.

Houve aumento das importações brasileiras em 2022, chegando a a patamares que não se viam no comércio bilateral desde meados da década passada. O Brasil importou do Kuwait, os óleos combustíveis de petróleo (88%, US\$ 293 milhões); enxofre (7,4%, US\$ 24 milhões); e demais produtos da indústria de transformação (4,3%, US\$ 14,1 milhões), que responderam por 99,7%.

Cabe ressaltar também o potencial do Kuwait no âmbito de investimentos, haja vista o fundo soberano do país, que é o 3º maior do mundo e controla ativos estimados em US\$ 737 bilhões. No Brasil, os investimentos kuwaitianos chegam a aproximadamente US\$ 2 bilhões, havendo interesse em incrementá-los em áreas como segurança alimentar, energia renovável, mineração, petróleo e finanças.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2

## INFORMAÇÃO

### **CURRICULUM VITAE**



#### **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ**

CPF.: 308.580.891-49

ID.: 8085 MRE

1964 Filho de Carlos Luiz Coutinho Perez e Esther Stewart Dantas Coutinho Perez, nasce em 17 de fevereiro, em Londres, Inglaterra (brasileiro, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

#### **Dados Acadêmicos:**

- 1985 Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF
- 1990 Curso de Preparação à Carreira Diplomática - IRBr
- 1999 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
- 2007 Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: “A cooperação nuclear Brasil-Argentina: origens, condicionantes e perspectivas”. Aprovado com louvor.

#### **Cargos:**

- 1991 Terceiro-secretário
- 1996 Segundo-secretário
- 2001 Primeiro-secretário, por merecimento
- 2006 Conselheiro, por merecimento
- 2011 Ministro de segunda classe, por merecimento
- 2020 Ministro de primeira classe, por merecimento

#### **Funções:**

- 1991-92 Secretaria-Geral de Controle, assistente
- 1992-93 Divisão de Organismos Econômicos para o Desenvolvimento, assistente
- 1993-95 Departamento de Organismos Internacionais, assistente
- 1995-98 Embaixada em Bruxelas, terceiro-secretário e segundo-secretário
- 1998-01 Embaixada em Santiago, segundo-secretário
- 2001-03 Secretaria-Geral, assistente
- 2003-04 Gabinete do Ministro de Estado, assessor
- 2004-07 Embaixada em Buenos Aires, primeiro-secretário e conselheiro
- 2007-09 Missão junto às Nações Unidas, conselheiro
- 2010-13 Divisão da Organização dos Estados Americanos, chefe
- 2013-16 Subsecretaria-Geral Política I, chefe de Gabinete
- 2016-20 Departamento de Europa, Diretor
- 2020-22 Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe, diretor
- 2022-23 Departamento de Caribe, América Central e do Norte, diretor
- 2023- Departamento de México, América Central e Caribe, diretor

#### **Condecorações:**

- 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial

**FERNANDO PERDIGÃO**  
Chefe da Divisão do Pessoal



# SENADO FEDERAL

## MENSAGEM (SF) N° 58, DE 2023

(nº 418/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

**AUTORIA:** Presidência da República

**DOCUMENTOS:**

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 418

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 23 de agosto de 2023.

EM nº 00236/2023 MRE

Brasília, 18 de Agosto de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Dominicana, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira*



Presidência da República  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 602/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Rogério Carvalho Santos  
Primeiro-Secretário  
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Indicação de autoridade.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 25/08/2023, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4516965** e o código CRC **D741CC71** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007586/2023-28

SUPER nº 4516965

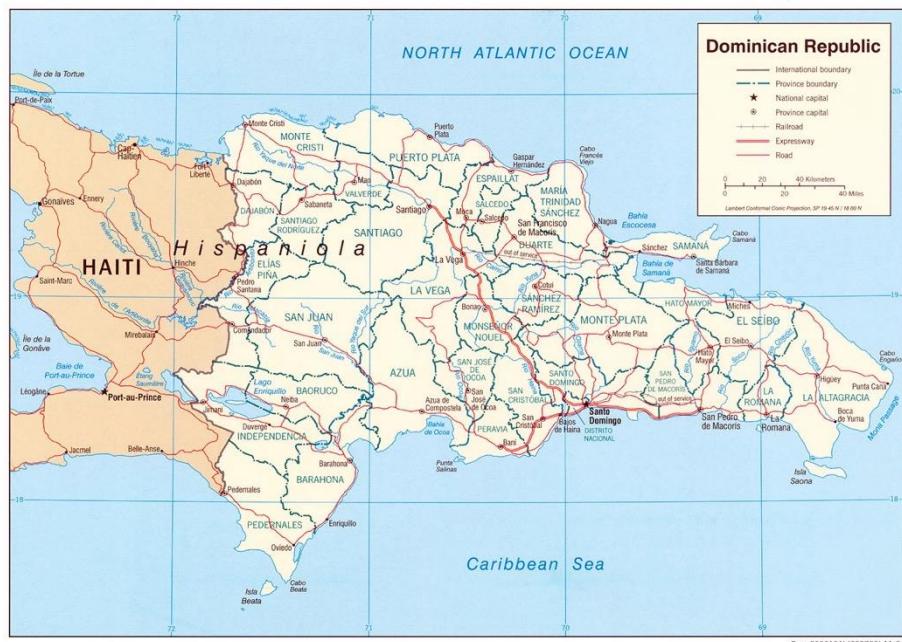
Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

### REPÚBLICA DOMINICANA



## INFORMAÇÃO OSTENSIVA Agosto de 2023

## ÍNDICE

<b>DADOS BÁSICOS.....</b>	<b>3</b>
<b>PERFIS BIOGRÁFICOS .....</b>	<b>4</b>
<b>LUIS ABINADER .....</b>	<b>4</b>
<b>ROBERTO ALVAREZ .....</b>	<b>4</b>
<b>POLÍTICA INTERNA .....</b>	<b>5</b>
Partidos políticos .....	5
Câmara dos Deputados.....	6
Senado .....	7
Composição do Senado .....	8
Eleições de 2020.....	8
Governo Luis Abinader.....	9
Eleições 2024 .....	11
<b>POLÍTICA EXTERNA.....</b>	<b>12</b>
Haiti .....	12
Estados Unidos.....	14
Espanha .....	14
China .....	14
CARICOM .....	15
Acordos Preferenciais de Comércio.....	15
<b>ECONOMIA .....</b>	<b>16</b>
Perspectivas econômicas e desafios .....	17
Comércio Exterior .....	18
Turismo .....	18
Indicadores sociais .....	20
Imigração.....	21
Energia .....	21
<b>RELAÇÕES BILATERAIS .....</b>	<b>24</b>
Empresas brasileiras .....	25
Comércio e investimento.....	25
MERCOSUL – República Dominicana .....	26
Cooperação técnica .....	26
Memorando sobre Turismo .....	27
Comunidade brasileira.....	27
<b>CRONOLOGIA HISTÓRICA .....</b>	<b>29</b>
<b>CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>ACORDOS BILATERAIS .....</b>	<b>32</b>

### DADOS BÁSICOS

<b>NOME OFICIAL</b>	República Dominicana
<b>GENTÍLICO</b>	Dominicano
<b>CAPITAL</b>	São Domingos
<b>ÁREA TOTAL</b>	48.670 km <sup>2</sup>
<b>POPULAÇÃO (2023)</b>	10.760.028
<b>IDIOMA OFICIAL</b>	Espanhol
<b>RELIGIÃO</b>	Católicos 47,8%; Protestantes 21,3%; outros 30,9%
<b>SISTEMA POLÍTICO</b>	República presidencialista
<b>CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO</b>	Luis Abinader
<b>CHANCELER</b>	Roberto Álvarez
<b>UNIDADE MONETÁRIA</b>	Peso Dominicano
<b>PIB a preços correntes (2022, Banco Mundial)</b>	US\$ 113,64 bilhões
<b>PIB PPP a preços correntes (2022, Banco Mundial)</b>	US\$ 256,39 bilhões
<b>PIB per capita a preços correntes (2022, Banco Mundial)</b>	US 10.120,6
<b>PIB PPP per capita a preços correntes (2022, Banco Mundial)</b>	US\$ 22.833,5
<b>VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial)</b>	4,9% (2022); 12% (2021); -6,7% (2020); 5,1% (2019); 7% (2018).
<b>IDH (2021)</b>	0,767
<b>EXPECTATIVA DE VIDA (2021, Banco Mundial)</b>	73 anos
<b>ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO</b>	90,9%
<b>EMBAIXADORA EM BRASÍLIA</b>	Patricia Selma Villegas Garcia
<b>EMBAIXADOR EM SÃO DOMINGOS</b>	Renan Leite Paes Barreto

### Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões, FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil - R. Dominicana	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Intercâmbio</b>	482,1	379,9	548	594,2	604,1	713,8	703,2	479,1	608,8	1.072,7
<b>Exportações</b>	463,3	358,3	523	580,3	588,4	698	679,7	454,2	581,2	1.043,6
<b>Importações</b>	18,8	21,6	24,9	13,9	15,7	15,8	23,5	24,9	27,6	29,1

<b>Saldo</b>	444,6	336,7	498	566,4	572,7	682,2	656,2	429,3	553,6	1.014,5
--------------	-------	-------	-----	-------	-------	-------	-------	-------	-------	---------

## **PERFIS BIOGRÁFICOS**



**LUIS ABINADER**  
**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Luis Rodolfo Abinader Corona (PRM) foi eleito presidente da República Dominicana em 2020. Natural de São Domingos (12.7.1967), Abinader é político, empresário e economista. É filho do empresário e político José Rafael Abinader Wassaf e de Rosa Sula Corona Caba, ambos nativos da província de Santiago e de ascendência libanesa. Graduou-se em Economia no Instituto Tecnológico de Santo Domingo (INTEC). Posteriormente, realizou pós-graduação em Gerência de Projetos (Instituto Arthur D. Little); em Finanças Corporativas e Engenharia Financeira (Universidade de Harvard); e em Gerência Avançada (Dartmouth College). Consolidou-se como líder da oposição ao presidente Danilo Medina (PLD), criticando a gestão da economia e a tolerância com a corrupção no país.



**ROBERTO ALVAREZ**  
**MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

Roberto Álvarez trabalhou para o Serviço Exterior da República Dominicana de 1966 a 1970. Atuou como advogado da Secretaria-Geral da OEA e na Secretaria da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Como especialista da CIDH, foi responsável pelos informes sobre direitos humanos no Chile (1976), no Paraguai (1977), em El Salvador (1978) e na Nicarágua (1978). Nos anos 1990, atuou como consultor do BID e da Fundação Ford, além de trabalhar como professor e palestrante em instituições dominicanas e norte-americanas. Foi representante permanente junto à OEA entre 2005 e 2007. De 2008 a 2010, participou de Comissão Consultiva da chancelaria como embaixador honorário. Foi diretor de política internacional nas campanhas de Luis Abinader em 2016 e 2020.

## POLÍTICA INTERNA

A República Dominicana conta com regime presidencialista e parlamento bicameral, cujos membros são eleitos de forma direta para mandatos de quatro anos. O Senado compõe-se de 32 membros e a Câmara de Deputados, de 190. Os prefeitos municipais, deputados, senadores e o próprio presidente da República são eleitos por voto direto. Os governadores das 32 províncias são nomeados pelo presidente da República.

### **Partidos políticos**

A estrutura político-eleitoral do país abrange vários partidos políticos. São dominantes o Partido da Liberação Dominicana (PLD); o Partido Reformista Social Cristão (PRSC); o Partido Revolucionário Dominicano (PRD); e o Partido Revolucionário Moderno (PRM), dissidência do PRD, criada em 2015.

Mais antigo partido político do país em atividade, o PRD vem experimentando contínuo processo de fragmentação desde a morte de José Francisco Peña Gómez, em 1998. Embora o enfraquecimento da legenda tenha tido início em 1973, quando Juan Bosch saiu da agremiação para fundar o PLD, foi com a criação do PRM (2014), capitaneada por lideranças como Hipólito Mejía e Luis Abinader, que o PRD se transformou em coadjuvante. Liderado pelo ex-chanceler Miguel Vargas, o partido não elegeu senadores no pleito de 2020 e possui apenas 3 das 190 cadeiras do Congresso, atrás do Partido Reformista Social Cristão (PRSC), fundado em 1984 pelo ex-presidente Joaquin Balaguer, com 4 assentos.

Após período de revezamento com o PRD, o PLD manteve-se no poder de 2004 a 2020. Em 2004, Leonel Fernández (PLD) foi eleito presidente. Reelegido em 2008, Fernández aprovou nova constituição que vedava a reeleição e, em 2012, logrou eleger seu sucessor, Danilo Medina Sánchez, por estreita margem de votos (51% contra 47% do ex-presidente Hipólito Mejía, então no PRD). Medina alcançou altos índices de popularidade, o que motivou aliados a apresentarem proposta de emenda constitucional autorizando a reeleição no país.

A possibilidade de reeleição foi aprovada pelo Congresso dominicano em junho de 2015, apesar da resistência da oposição e de grupos da coalizão governista. Dentro do PLD, o ex-presidente Leonel Fernández, interessado em concorrer de novo, era contrário à reforma. Para superar a cisão, Medina e Fernández firmaram um *Acordo de 15 pontos*, possibilitando a aprovação da reforma. Em maio de 2016, Medina obteve vitória com 62% dos votos.

Hegemônico durante os últimos vinte e cinco anos, com exceção do interregno de Hipólito Mejía (2000/04), o PLD sofreu desgaste, decorrente do longo tempo à frente do Executivo, acusações de corrupção e disputas internas, que culminaram com a saída do ex-presidente Leonel Fernández e a criação do Fuerza del Pueblo, alcocado à condição de terceira força partidária do país.

Do lado da oposição, o PRD expulsou, em 2013, o ex-presidente Hipólito Mejía e aliou-se ao PLD. Em seguida, Mejía fundou o Partido Revolucionário Moderno (PRM), que se tornou o principal partido oposicionista e lançou Luis Abinader como candidato

presidencial, tendo sido derrotado em 2016, mas acumulando forças para o pleito seguinte.

Os últimos anos testemunharam o crescimento significativo de movimentos suprapartidários da sociedade civil, abraçando o discurso de defesa da transparência e do combate à corrupção e à impunidade. Luis Abinader soube associar sua imagem às pautas defendidas pela sociedade civil. O PRM consolidou-se nas eleições de 2020 como principal força da política dominicana. Com amplo respaldo nas camadas médias urbanas e nos movimentos estudantis, o partido conseguiu vincular sua imagem ao slogan "*el cambio va!*", alcançando a presidência da República com tão somente seis anos de existência.

O cenário político dominicano sofreu, portanto, forte transformação em 2020, com a derrota nas urnas dos três partidos que dominaram o país por décadas (PLD, PRD e PRSC).

A esquerda "progressista", representada por Guillermo Moreno, não possui expressão ou apelo social fora da capital São Domingos. Embora sem papel relevante, cabe também mencionar o Partido Nacionalista Dominicano (PND), que publicou *manifesto anti-haitiano*, com críticas à política migratória do país.

### Câmara dos Deputados

Composta por 190 membros, dos quais 178 são eleitos em círculos eleitorais, com um mínimo de dois deputados por círculo eleitoral; 5 deputados são eleitos em nível nacional por acúmulo de votos; e 7 deputados representam os dominicanos no exterior. O número de cadeiras por distrito varia de acordo com sua população, com um mínimo de duas cadeiras mais uma para cada 50.000 habitantes e uma última para quaisquer 25.000 habitantes adicionais. A este total somam-se os 5 assentos compensatórios distribuídos prioritariamente aos partidos que ultrapassaram o limiar eleitoral de 1% dos votos expressos a nível nacional mas que não obtiveram quaisquer assentos nos círculos eleitorais. Finalmente, 7 assentos foram reservados desde 2016 para a diáspora em um único círculo eleitoral extranacional, de acordo com o mesmo método de votação.

As eleições legislativas ocorrem a cada quatro anos, concomitantemente às eleições para o senado. Costumam ser realizadas em 16 de maio dos anos pares não divisíveis por quatro (2006, 2002, 1998 etc.), em uma única votação. Desde a promulgação de nova constituição, em janeiro de 2010, as eleições legislativas passaram a coincidir com a eleição presidencial.

Para ser elegível como deputado, é preciso ter pelo menos 25 anos, ser cidadão dominicano, gozar dos direitos civis e políticos, ser nascido no distrito eleitoral ou residir nele há pelo menos cinco anos ininterruptos e ser nomeado por um dos partidos oficialmente reconhecidos pela Junta Central Eleitoral. O mandato de deputado é incompatível com o serviço público.

Partido	1998	2002	2006	2010	2016	2020
Partido Revolucionário Moderno (PRM)	-	-	-	-	44	88
Partido da Libertação Dominicana (PLD)	49	41	96	97	110	62

Força do povo (FP)	-	-	-	-	-	16
Partido da Reforma Social Cristã (PRSC)	17	35	22	11	17	5
Partido Revolucionário Dominicano (PRD)	83	74	60	75	17	3
Allianza País (ALPAÍS)	0	0	0	0	1	2
Partido Democrático Cristão de Quisqueyano (PQDC)	0	0	0	0	1	1
Outros						13
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>150</b>	<b>178</b>	<b>183</b>	<b>190</b>	<b>190</b>

## Senado

O atual texto constitucional (2010) estabelece que os 32 senadores são eleitos, com mandatos de quatro anos, para a representação dos cidadãos de cada província (31) e do Distrito Nacional. O cargo é incompatível com outra função ou emprego da administração pública, exceto docente. Havendo vacância de senadores, o Senado escolherá o suplente da lista apresentada pelo órgão superior do partido que o indicou.

Os senadores são obrigados a residir na demarcação territorial que representam, enquanto durarem seus mandatos. São requisitos necessários para ser senador: ser dominicano em pleno exercício dos direitos civis e políticos; ter ao menos vinte e cinco anos; ser natural da demarcação territorial que escolher ou nela residir há pelo menos cinco anos consecutivos. Dominicanos naturalizados só podem ser eleitos para o Senado dez anos depois de terem adquirido a nacionalidade dominicana, desde que tenham residido na jurisdição que os eleger durante os cinco anos anteriores à sua eleição.

Algumas atribuições exclusivas do Senado incluem: decidir sobre as denúncias feitas pela Câmara dos Deputados contra funcionários públicos de natureza popular eletiva, eleitos pelo Senado e pelo Conselho Nacional da Magistratura; aprovar as nomeações de chefes de missões permanentes no estrangeiro apresentadas pelo Presidente da República; eleger os membros da Mesa Central Eleitoral e seus suplentes; autorizar a presença de tropas estrangeiras no país; e regular e autorizar o envio de tropas dominicanas ao exterior em missões de paz.

### Disposições comuns a ambas as Câmaras

Em cada câmara, é necessária a presença de mais da metade de seus membros para a validade das deliberações. As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos, salvo os assuntos anteriormente declarados urgentes que, em sua segunda discussão, serão decididos por dois terços dos presentes.

Os membros de ambas as câmaras gozam de imunidade, não podendo ser processados ou perseguidos pelas opiniões que exprimirem nas sessões realizadas no período constitucional para o qual foram eleitos. Nenhum senador ou deputado poderá ser privado de sua liberdade durante as legislaturas sem autorização do Plenário do Senado, exceto nos casos em que for preso em flagrante delito. As sessões são realizadas separadamente, exceto quando os congressistas se reúnem na Assembleia Nacional.

No dia 16 de agosto de cada ano, o Senado e a Câmara dos Deputados elegem suas respectivas diretorias, compostas por um presidente, um vice-presidente e dois

secretários. O Presidente do Senado e o Presidente da Câmara dos Deputados terão, durante as sessões, poderes disciplinares e representarão suas respectivas Câmaras em todos os atos jurídicos. Cada Câmara designará seus funcionários administrativos e auxiliares de acordo com a Lei da Carreira Administrativa do Congresso Nacional. Os presidentes de ambas as casas devem convocar as respectivas sessões plenárias na primeira semana de agosto de cada ano, para prestar contas das atividades legislativas, administrativas e financeiras realizadas no período anterior. Todos os anos os legisladores devem apresentar um relatório sobre sua gestão aos eleitores.

### **Composição do Senado**

<b>Partido</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2016</b>	<b>2020</b>
Partido Revolucionário Moderno (PRM)	0	0	0	0	2	17
Fuerza del Pueblo (FP)	0	0	0	0	0	9
Partido da Libertação Dominicana (PLD)	3	1	22	31	26	3
Partido da Reforma Social Cristã (PRSC)	3	2	3	1	1	2
Partido Revolucionário Dominicano (PRD)	24	29	7	0	1	0
Partido Liberal da Reforma (PLR)	0	0	0	0	1	0
Bloco Institucional Social-democrata (BIS)	0	0	0	0	1	0
Outros partidos políticos	0	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>32</b>	<b>32</b>

### **Eleições de 2020**

Durante a pré-campanha, no campo governista, tiveram projeção os nomes do ex-ministro da Educação e ex-chanceler Andrés Navarro; do ministro de Obras Públicas, Gonzalo Castillo; e do ministro da Administração da Presidência, Jose Peralta. Na oposição, o ex-presidente Hipólito Mejía e o empresário Luis Abinader, derrotado em 2016, mostravam-se como principais opções. Analistas consideravam, à época, que o governista PLD manteria posição hegemônica, em razão do crescimento econômico do país e do alargamento da base social do partido.

Em outubro de 2019, após votação marcada pela elevada taxa de abstenção e denúncias de fraudes, as primárias no PLD indicaram vitória de Gonzalo Castillo como candidato pelo partido. Imediatamente, Leonel Fernández não reconheceu o resultado e apresentou sua renúncia como presidente da agremiação. Ao desfiliar-se, Fernández anunciou a formação de um novo grupo político, o *La Fuerza del Pueblo*. No campo adversário, o resultado das prévias confirmou o favoritismo de Luis Abinader contra o ex-presidente Hipólito Mejía. Abinader obteve 74% dos votos dos filiados ao PRM, enquanto Mejía recebeu 22%.

Com os impactos multidimensionais causados pela pandemia de Covid-19, as eleições presidenciais de 2020 foram realizadas em 5 de julho de 2020, após adiamento da data inicial. O empresário Luis Abinader (PRM) foi eleito presidente ainda em primeiro turno, com 52,5% dos votos, consolidando amplo apoio junto à opinião pública e obtendo maioria no parlamento. O candidato da situação, Gonzalo Castillo (PLD), terminou em segundo lugar, com 37,4% dos votos, enquanto Leonel Fernández

(PRSC) obteve 8,9%. A abstenção (44%) foi recorde, porém o comparecimento surpreendeu em razão das restrições impostas pelo combate à pandemia.

A vitória de Abinader encerrou um ciclo de quase 25 anos do PLD no poder, somente interrompido pelo governo de Hipólito Mejía (2000-2004), do PRD. Pela primeira vez desde 1962, nenhum dos três partidos tradicionais (PLD, PRD e PRSC) chefiam o Legislativo ou detém maioria no Congresso.

### **Governo Luis Abinader**

Luis Rodolfo Abinader Corona, natural de São Domingos, é empresário e economista com pós-graduação em Harvard. No setor privado, foi presidente do Grupo ABICOR, que desenvolve projetos de turismo, e atuou na área de produção de cimento. Sua carreira política sempre foi focada na defesa da necessidade de reformas de cunho liberal. Primeiro presidente dominicano nascido após a ditadura de Rafael Trujillo, Abinader defendeu necessidade de implementar, desde o início do governo e com agilidade, propostas para geração de emprego e renda, recuperação da indústria de turismo, redução do déficit público e combate à corrupção e à impunidade.

O presidente anunciou Roberto Álvarez como chanceler ainda durante a campanha. Álvarez ocupou a função de representante permanente da República Dominicana junto à OEA (2005/07), tendo atuado, anteriormente, como advogado da SG-OEA e especialista da CIDH. De 2008 a 2010, participou de Comissão Consultiva da chancelaria dominicana, como embaixador honorário. Já no programa de política externa da candidatura de Abinader, constava a importância de aprofundar as relações com o Brasil, com foco no agronegócio e nos investimentos diretos no país caribenho. Sobre a Venezuela, merece destaque a condenação do regime de Nicolás Maduro.

Em agosto de 2020, o embaixador do Brasil em São Domingos foi recebido para primeira reunião com o chanceler Roberto Álvarez, tendo verificado a disposição do governo em elevar o patamar da relação bilateral. Álvarez concordou ser oportuno dar início à preparação da agenda temática da I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, que veio a ser realizada em dezembro de 2020.

Perto de completar um ano de governo, em agosto de 2021, Abinader ainda não sentia o peso da cobrança por resultados. O prolongamento da pandemia de Covid-19, para além do incialmente esperado, vinha contribuindo em boa medida para uma gestão sem sobressaltos e uma oposição mais contida. Internamente, suas medidas de maior destaque foram a afiliação de dois milhões de contribuintes ao regime do Servicio Nacional de Salud, uma de suas promessas de campanha, a continuação de programas de ajuda a trabalhadores e empresas, bem como a distribuição de computadores e tablets a alunos e professores da rede pública para as aulas à distância.

Em discurso ao parlamento em fevereiro de 2022, Abinader celebrou o que vê como dinamismo de seu governo, afirmado ter cumprido 90 por cento do que prometeu, em que pese os desafios enfrentados nos dois anos de pandemia, transcorrida, em grande parte, durante sua administração. Exaltou a eficiência de sua administração no combate à pandemia com a implementação do Plano Nacional de Vacinação, compra de insumos (medicamentos, testes diagnósticos, oxigênio, equipamentos e materiais de proteção) da ordem de quase USD 590 milhões, assim como aumento salarial de 30% para o pessoal de saúde, tendo alocado USD 110 milhões nessa rubrica. Assinalou que a letalidade da Covid-19 no país situava-se, em média, entre os níveis mais baixos "da

região e do mundo" (0,9%), justificando o anúncio de suspensão das restrições no país para "caminar hacia la normalidad".

Para Abinader, o bom desempenho do país em 2021 colocaria a República Dominicana no ranking dos 10 países com maior crescimento econômico em 2021 e o consolidaria como a “economia mais dinâmica da América Latina”. As reservas internacionais de USD 13 bilhões, de acordo com o presidente, apresentam o nível mais alto da história do país. A moeda local teria igualmente valorizado 1,4% no período. O déficit público passou de 7,9% em 2020 a 2,7% em 2021, quando se esperava 4,1%. A dívida consolidada do setor público teria diminuído 6,4 pontos percentuais, passando de 69,1% no final de 2020 a 62,7% em 2021. Desde abril de 2021, cerca de 22 mil empregos formais vêm sendo criados por mês, afirmou o presidente. O salário mínimo no setor turístico teve um aumento médio de 23%, enquanto o do setor de zonas francas industriais, 21%. A média ponderada de 24% de aumento do salário mínimo dos trabalhadores do setor privado, em geral, teria contribuído para combater a inflação, indicou.

O presidente tem dado ênfase ao desempenho do setor de Turismo, com a reativação de 21 projetos hoteleiros em 2021, e o início de outros 23 em 2022, que somam US\$1,7 bilhão em investimentos, e devem ampliar em 9.423 a oferta de quartos na rede hoteleira. A volta do fluxo turístico internacional em 2021 teria injetado quase USD 5,4 bilhões em divisas na economia dominicana.

O governo Abinader também tem priorizado a saúde. Segundo o ministro de Saúde Pública e Assistência social dominicano, durante os dois primeiros anos de gestão (2020-2022), foram investidos mais de 90 milhões de dólares em reformas e compra de material hospitalar, para responder ao "déficit histórico" existente no setor. O governo atual também teria inaugurado 48 novas farmácias populares e a 638 milhões de medicamentos distribuídos a 550 mil pessoas. Informou ter dado andamento a obras da ordem de quase USD 50 milhões que "há anos" estariam paradas.

Quanto ao setor de energia, em seu plano de governo, Abinader destacou estratégias para elevar a produção de energia em 2.000 MW em quatro anos, a saber: a) ampliação e diversificação do parque de geração elétrica; b) expansão e modernização do sistema de transmissão de energia; c) saneamento da gestão e operação das empresas distribuidoras, com vistas à estabilidade do serviço e incremento na entrega de energia à população; d) estímulo à produção de energia a partir de fontes renováveis (luz solar; eólica, biomassa e resíduos sólidos urbanos); e) reforma da gestão pública do setor elétrico.

Em 2021, foram assinados contratos para a implementação de projetos de geração de 530 MW de eletricidade a partir da energia solar. Disse o presidente que o referido volume totalizaria mais que o dobro do número de projetos de energia solar aprovados em mais de uma década. Foi aberta licitação pública internacional, em março de 2021, para a construção de uma usina na Baía de Manzanillo, obra que terá início em 2022. O projeto prevê a construção de duas usinas de 400 MW cada (totalizando 800 MW de energia), juntamente com um terminal de descarga para armazenamento e distribuição de gás natural destinados aos novos geradores. Outra licitação internacional, em caráter emergencial, prevê a instalação – no transcurso de 2022 – de até 400 MW com base em unidades geradoras de instalação rápida, disponíveis no mercado internacional. Críticos afirmam, no entanto, que o déficit do setor energético no país se deveria mais à baixa eficiência do sistema de distribuição do que à falta de capacidade geradora.

Abinader tem afirmado que a mudança mais transcendente de sua gestão é o combate à corrupção. Em dezembro de 2020, firmou Memorando de entendimento com o sistema das Nações Unidas na República Dominicana para o recebimento de assistência técnica e fortalecimento das capacidades institucionais em matéria de inteligência ética e combate à corrupção bem como o fortalecimento do Sistema Nacional de Compras e Contratações. Em dezembro de 2020, o presidente submeteu plano de reforma institucional e conjunto de medidas visando maior transparência e publicidade à gestão pública, bem como o combate à corrupção e a recuperação de ativos roubados.

O governo de Abinader tem mantido altas taxas de popularidade. Segundo pesquisa de opinião de fevereiro de 2023, 60,5% dos dominicanos aprovavam o governo e 61,1% consideravam o seu desempenho bom. Ao final de 2022, 71% da população do país avaliava como positiva a gestão de Abinader, e em novembro de 2020, 84,5%. Mesmo com o decréscimo atual na taxa de aprovação, seu governo ainda é um dos mais bem avaliados da América Latina.

### **Eleições 2024**

A próxima eleição presidencial na República Dominicana será em 19 de maio de 2024, sendo que na mesma ocasião aquele país elegerá senadores e deputados. O segundo turno, se houver, será em 30 de junho de 2024. Em junho de 2023, a autoridade eleitoral dominicana declarou aberta a pré-campanha. De acordo com o calendário estabelecido pela autoridade eleitoral dominicana, em 1/10 próximo serão realizadas prévias; e, em 29/10 as convenções dos partidos.

Há expectativa de que venha a anunciar sua candidatura em evento político previsto para este mês de agosto, ocasião em que passará em revista sua gestão, como tem feito anualmente.

Os demais pré-candidatos são o ex-presidente Leonel Fernández (Força do Povo), que já ocupou o cargo em duas oportunidades (1996-2000 e 2004-2012); Abel Martínez Duran (Partido da Liberação Dominicana ou PLD), prefeito de Santiago de los Caballeros, segunda maior cidade do país; Guillermo Moreno (Aliança País), ex-procurador; e Miguel Vargas (Partido Revolucionário Dominicano), que foi chanceler na gestão de Danilo Medina (2016-2020).

Segundo pesquisa divulgada em junho passado, 47,7% dos eleitores dominicanos votariam em Abinader; 28,9% no ex-presidente Leonel Fernández; e 19% no prefeito Abel Martínez.

## POLÍTICA EXTERNA

No programa de governo e em seu discurso de posse, em agosto de 2020, Abinader listou as prioridades de política externa de sua gestão: i) profissionalização e modernização do serviço exterior; ii) promoção das exportações de bens e serviços em grandes mercados; iii) defesa das normas internacionais de meio ambiente, como o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris; iv) cumprimento integral das normas que regem o ingresso de estrangeiros no país; v) melhor aproveitamento da posição geográfica privilegiada do país; vi) promoção da democracia e dos direitos humanos; e vii) apoio à diáspora dominicana.

No âmbito multilateral, o PRM propôs intensificar sua participação em foros internacionais e estreitar laços históricos com mecanismos regionais, como a Aliança do Pacífico, a ALADI, o SICA e o CARIFORO. No segundo semestre 2022, a República Dominicana ocupou a presidência *pro tempore* do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e da Conferência Ibero-Americana, no âmbito da Secretaria Geral Ibero-Americana. A XXVIII Cúpula Ibero-Americana ocorreu em março de 2023 na República Dominicana.

No discurso de abertura da Cúpula Ibero-Americana, em março de 2023, o presidente Abinader destacou a importância de se constituir uma nova arquitetura financeira internacional, capaz de fazer face às "crises multidimensionais" causadas por pandemia, conflitos internacionais, efeitos climáticos e incertezas do mercado internacional. Também foram temas do seu pronunciamento: o combate à fome, a necessidade de novas tecnologias, sustentabilidade e uso racional dos recursos ambientais.

Na IX Cúpula das Américas, em Los Angeles, em 2022, decidiu-se que a República Dominicana será a sede da próxima edição da Cúpula, em 2025.

### **Haiti**

Haiti e República Dominicana compartilham, de modo assimétrico, a ilha Hispaniola (2/3 correspondem a território dominicano e 1/3, haitiano) e mantêm relacionamento marcado pelas diferenças socioeconômicas e pela questão migratória. Os vizinhos dominicanos atingiram níveis de desenvolvimento e estabilidade política superiores, sendo acentuada a disparidade da renda per capita dominicana (US\$ 10.120, em 2022) e haitiana (US\$ 1.748, em 2022); bem como os índices de desemprego na República Dominicana (7,1% em 2022) e no Haiti (60%). Calcula-se, nesse contexto, a presença de contingente superior a um milhão de migrantes haitianos no país, o que corresponde a cerca de 10% da população dominicana.

No plano comercial, o Haiti mantém-se como importante parceiro dominicano. Entre 2000 e 2013, as trocas bilaterais aumentaram treze vezes. Entre 2015 e 2021, contudo, houve redução substancial – resultado, em grande medida, da instabilidade crônica vivenciada no Haiti. Sem embargo, o Haiti, que havia deixado de ser o segundo destino de exportações dominicanas para a Suíça em 2020 e 2021, recuperou essa posição em 2022. Os principais produtos exportados pela República Dominicana aos haitianos são óleo de soja e frações, farinha de trigo, barras de ferro, louças e artigos de mesa.

A instabilidade no Haiti tem sido motivo de preocupação pelas autoridades dominicanas, em função do maior fluxo migratório proveniente do país vizinho. Luis Abinader dedicou extenso capítulo do programa de governo às relações com o Haiti. Reconhecendo a dificuldade inerente ao relacionamento, o programa tratava a interdependência entre os países como vetor de uma agenda bilateral para o futuro. Desafio adicional para o governo é, contudo, a regularização definitiva de cerca de 200 mil imigrantes haitianos que vivem na República Dominicana com documentação provisória. Haveria, ainda, cerca de 70 mil descendentes de haitianos, nascidos em território dominicano antes de 2010 e, por conseguinte, afetados pela Sentença 168-2013 do Tribunal Constitucional, que lhes retirou a nacionalidade dominicana. Estima-se que em 2023, uma média de 20 mil haitianos tenham cruzado a fronteira por semana. Nesse contexto, a República Dominicana deportou mais de 170 mil haitianos apenas em 2022.

O peso da história e dos conflitos à época da independência, bem como diferenças linguísticas, culturais e socioeconômicas fazem dessa convivência um desafio diário para as duas nações vizinhas. Há na República Dominicana a sensação de que a "comunidade internacional" não faz o suficiente para apoiar o Haiti e muitos defendem que a República Dominicana não é capaz de encaminhar, sozinha, soluções para a centenária instabilidade e debilidade institucional do vizinho.

A despeito do cenário complexo, a disposição do governo Abinader em dialogar mais estreitamente com o Haiti ficou evidenciada pela decisão em janeiro de 2021 de retomar a Comissão Mista Binacional, criada em 1996, pela visita do chanceler Álvarez ao Haiti em novembro de 2020, reciprocada por seu homólogo em poucas semanas, e pelo encontro entre Abinader e o então presidente haitiano Jovenel Moïse na região fronteiriças. Ademais, foi criado um "gabinete ampliado de Haiti", que reúne, periodicamente, representantes da chancelaria e ministérios da Defesa, Interior, Saúde e Aduanas da República Dominicana, com o que se pretende atribuir tratamento "transversal" ao dossiê haitiano. Por outro lado, há também medidas controversas sendo adotadas pelo atual governo dominicano. Em fevereiro de 2021, aos seis meses de iniciada a atual gestão, o presidente Luis Abinader anunciou que implementaria a instalação de cerca na fronteira com o Haiti, para coibir a imigração ilegal, o contrabando e o tráfico de drogas. A obra provoca controvérsias e tem sido objeto de críticas de comerciantes de ambos os países, assim como de organizações de direitos humanos. Na primeira etapa de construção, foram 54 km construídos, de uma meta de 190km. A fronteira entre os dois países, de 390 km, entretanto, segue porosa.

O assassinato do presidente Moïse, em julho de 2021, trouxe à tona o temor de uma ruptura institucional do país vizinho, com possível transbordamento para o lado dominicano. Em janeiro de 2022, Abinader reuniu-se com lideranças políticas locais, na sede do Executivo, em movimento para obtenção de conformidade e apoio político interno às medidas do governo no contexto da atual situação de instabilidade do Haiti. Desde novembro último, integrantes do governo e organizações políticas têm dialogado de forma mais aprofundada sobre o tema.

A declaração conjunta do governo e de líderes partidários, divulgada ao término da reunião, elenca os pontos críticos da situação para a República Dominicana. Ao indicar o apoio às ações da política externa dominicana a respeito do Haiti assim como aquelas no âmbito interno, o documento afirma que "no hay ni habrá en el futuro solución dominicana a los problemas de Haití".

Abinader tem reiterado a posição dominicana em foros internacionais, inclusive na OEA e na Cúpula CELAC-UE, de que a comunidade internacional deve atuar em

favor do Haiti a fim de que este possa recuperar a estabilidade política, econômica e social, de modo a não sobrecarregar a República Dominicana, que, a despeito de iniciativas de solidariedade, tem sentido os efeitos do afluxo de imigrantes sobre os serviços públicos. O Presidente tem sublinhado, ainda, que a assistência em temas de saúde a nacionais haitianos representa um grande peso no orçamento nacional.

A posição do governo Abinader encontra respaldo na opinião pública, uma vez que os principais jornais do país, que reverberam o entendimento de que a República Dominicana tem feito todo o possível para apoiar a estabilidade política haitiana, mas a comunidade internacional não deve cobrar dos dominicanos mais do que eles podem dar.

### **Estados Unidos**

O principal parceiro externo da República Dominicana são os Estados Unidos, muito embora a relação seja bastante complexa, especialmente em face da ocupação norte-americana no país, ocorrida em 1965. De um lado, não se pode negar o desejo dominicano de aproximação com os EUA e o reconhecimento, por Washington, da importância da República Dominicana no contexto caribenho. De outro, subsiste a necessidade de afirmar a "identidade nacional" de um país que teve sua soberania nacional duas vezes violada pelo vizinho ao norte.

Um dos marcos no relacionamento é o Acordo de Livre Comércio entre EUA, América Central (Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Honduras, Guatemala) e República Dominicana, conhecido pela sigla CAFTA-DR, assinado em 2004.

O governo Abinader tem buscado de construir relação mais próxima a Washington do que seu antecessor. Em seu discurso de posse em 2020, Abinader não fez qualquer menção à China, ao passo que ressaltou que fortaleceria “as relações estratégicas com os EUA, nosso principal sócio comercial e lugar onde residem dois milhões de compatriotas”.

A proximidade geográfica, os fluxos de comércio, investimentos e turistas, bem com os milhões de dominicanos e descendentes residentes nos Estados Unidos fazem com que toda a economia dominicana esteja intimamente conectada à dos EUA.

### **Espanha**

Em agosto de 2020, em seu discurso de posse, o presidente Abinader disse que reforçará as relações com todas as regiões do mundo, incluindo a União Europeia, especialmente com a Espanha, país que é um dos principais investidores na República Dominicana. A Espanha é o quinto parceiro comercial da República Dominicana, com fluxo comercial de US\$ 866 milhões em 2018 (atrás de EUA, China, Índia e Haiti), e possui o quarto maior estoque de investimentos no país (atrás de EUA, Canadá e Brasil).

Por ocasião de reunião da Internacional Socialista, em 2021, o presidente espanhol Pedro Sánchez realizou visita oficial à República Dominicana, a primeira após 23 anos desde a última visita de um chefe de governo espanhol. Os presidentes assinaram um novo "Marco de Associação País" (MAP), que define parâmetros para cooperação bilateral, e um Memorando de Entendimento (MdE) na área de comércio e investimento.

### **China**

Em maio de 2018, a República Dominicana estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China e, consequentemente, rompeu relações diplomáticas com Taiwan, as quais perduravam desde 1944. A mudança foi consolidada com a visita presidencial de Danilo Medina a China em novembro de 2018 e com a visita do vice-primeiro ministro chinês, Hu Chunhua a São Domingos em março de 2019. Na ocasião da visita de Medina, foram firmados 18 memorandos de entendimento nas áreas de comércio, investimento e turismo, além de haver sido concedido um empréstimo US\$ 600 milhões para aperfeiçoar o setor elétrico dominicano.

Até 2018, a República Dominicana ocupava a posição de principal parceiro de Taiwan no Caribe. No entanto, vantagens econômicas oferecidas pela RPC vinham atraindo a atenção de empresários e autoridades locais. Com o reconhecimento da China, Taiwan anunciou a suspensão de todos os projetos de cooperação e ajuda com a República Dominicana, cuja média anual alcançava US\$ 12 milhões. A cooperação técnica entre os países tinha como marco um acordo de 1963, no âmbito do qual se destacavam a doação de motocicletas e ambulâncias ao serviço de atendimento de emergência local, bolsas estudantis, sistemas de vigilância em aeroportos e técnicas de melhoria em cultivos agrícolas.

### **CARICOM**

A República Dominicana tem tido mais sucesso no diálogo com seus parceiros hispânicos centro-americanos – com quem compartilha língua, cultura, religião e tradição política – do que no estabelecimento de relações próximas com os países da CARICOM, predominantemente de língua inglesa e com cultura política parlamentar herdada do Reino Unido.

O país não é membro efetivo da CARICOM, apesar de ter apresentado solicitado ingresso à comunidade em 1991. Em 2013, a CARICOM “suspendeu a consideração” do pedido dominicano em razão da sentença 0168/13 do Tribunal Constitucional da República Dominicana de novembro de 2013, que decidiu que descendentes de haitianos, nascidos após junho de 1929 e cujos pais estivessem em situação irregular na República Dominicana, teriam status próprio quanto à nacionalidade.

A despeito da condição de não membro, a República Dominicana participa de reuniões e foros promovidos pela CARICOM, de que é exemplo a presença de Abinader no encontro “US – Caribbean Leaders Meeting”, em Nassau, em junho de 2023, organizado no âmbito do grupo.

### **Acordos Preferenciais de Comércio**

A República Dominicana beneficia-se de seis regimes de comércio preferencial: a) Acordo DR-CAFTA: tratado de livre comércio entre República Dominicana, Estados Unidos e América Central; b) Economic Partnership Agreement: acordo de associação econômica entre União Europeia e países do Cariforum; c) República Dominicana – Países da América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua); d) República Dominicana – CARICOM; e) República Dominicana – Panamá; f) Sistema Geral de Preferências (SGP): acesso preferencial aos mercados de Canadá, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça, Turquia, Rússia e Belarus. Em 16 de dezembro de 2021, foi assinado o Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio, Investimento e Vínculos Produtivos entre o MERCOSUL e a República

Dominicana, o qual contribuirá para o fortalecimento dos laços econômicos e comerciais do bloco com a República Dominicana.

## ECONOMIA

A República Dominicana é a maior economia da América Central e Caribe (PIB de USD 113,6 bilhões em 2022) e à frente da Guatemala (USD 94,98 bilhões em 2022) e do Panamá (USD 76,5 bilhões em 2022). O país tem apresentado um dos mais elevados índices de crescimento econômico de todo o continente americano ao longo dos últimos anos. Durante a década de 2010, o PIB dominicano avançou em média 5,6%.

Em 2022, o PIB real cresceu 4,9%, impulsionado pelo setor de serviços. O setor de bares, restaurantes e hotéis cresceu 24% esse ano, em virtude da retomada das atividades na área após a campanha de vacinação e a política fiscal expansionista dominicana, conjugado com o contexto de recuperação do turismo global.

Ainda assim, o país não passou incólume à pandemia, inclusive em razão do impacto no turismo internacional (importante fonte de recursos). As consequências imediatas para o turismo e as exportações e o peso do “lockdown” em outros setores levaram à acelerada contração econômica no segundo trimestre de 2020. O resultado do PIB de 2020 foi o pior em 50 anos. Nas últimas cinco décadas, a economia do país recuou em apenas outras três ocasiões: - 2,1% em 1985, - 5,5% em 1990 e - 1,3% em 2003.

Entretanto, defensores do governo Abinader indicam que política econômica ativa ajudou a amortecer o impacto da crise sanitária mundial. Como parte das políticas fiscais expansionistas, foram incrementados as transferências de renda e os gastos com saúde. Foram fundamentais os descontos e deferimentos tributários, afrouxamento da política monetária, provimento de liquidez e outras medidas de adaptação e flexibilidade econômica, como financiamento para pequenas e médias empresas e inventivos aos setores de turismo e de construção civil.

Como resultado, a despeito da contração da economia de 6,7% em 2020, houve crescimento de 9,5% em 2021. O setor financeiro permaneceu sólido. O déficit em conta corrente se manteve mais do que financiado por investimentos diretos estrangeiros, fortalecendo a posição das reservas internacionais. A gradual e contínua desvalorização do peso dominicano estimulou o envio de remessas internacionais. O aumento das remessas, a atuação do Banco Central no mercado de câmbio e os citados investimentos diretos mantiveram a desvalorização do peso sob relativo controle. Forte acesso aos mercados globais ajudou a financiar o crescente déficit fiscal.

Relatório do FMI pressionava por reforma fiscal significativa no país em função da *rigidez do gasto público* e da *inelasticidade da carga tributária*. A pandemia, entretanto, dificultou esse tipo de ajuste. A República Dominicana quitou, em 2016, dívida de US\$ 1,2 bilhão junto ao Fundo, voltando a estar livre de passivos junto a esse organismo internacional. Com a pandemia, entretanto, o país voltou a fazer uso de uma linha de crédito do Fundo para fortalecer a economia.

Atualmente a dívida pública continua em níveis acima aos pré-pandemia, e a conta de juros equivale a 3% do PIB. Segundo o Banco Mundial, o espaço fiscal reduzido reforçou a tendência de queda do investimento público (de 3,9 para 2,8 por cento do PIB entre 2005 e 2021).

O aumento das taxas de inflação tem afetado principalmente a camada mais vulnerável da população. A inflação no final atingiu 7,8% ao ano em 2022, impulsionada pelas interrupções nas cadeias de abastecimento internacionais e pelo aumento dos preços das commodities para alimentos e transporte.

Quanto ao emprego, em 2022, registrou-se aumento de 2% e a informalidade diminuiu 1,9% em comparação com 2021. A taxa de pobreza de renda média alta (US\$ 6,85 em 2017 PPP por dia) deverá continuar caindo em 2023 em 21,6%.

A República Dominicana é o maior receptor de investimentos estrangeiros na região. Em 2022, a República Dominicana alcançou recorde de investimento estrangeiro direto, totalizando USD 4,010 bilhões, segundo o Banco Central da República Dominicana (BCRD), o que representa 35% dos fluxos de investimento da região centro-americana nesse ano. O setor do turismo foi o principal atrativo de fluxos de investimento externo direto (IED) no país, com investimentos superiores a um bilhão de dólares pela primeira vez na história, o que representou 25% dos fluxos totais de IED em 2022.

De acordo com o Banco Central do país, o setor de energia registrou um crescimento absoluto de US\$ 475,2 milhões de dólares e um total captado de US\$ 753,4 milhões, seguido pelo setor de comércio e indústria, cujo crescimento absoluto foi de US\$ 292,1 milhões e o valor total recebido de US\$ 599,5 milhões.

O Banco Central enfatizou que, quanto à origem dos investimentos, houve recuperação da posição do Brasil, já que os investimentos oriundos do país somaram US\$ 109,5 milhões em 2022. O Brasil, que foi o terceiro maior investidores no país ao longo da última década figurou, em 2022, na oitava posição, depois de EUA, México, Canadá, Espanha, Ilhas Virgens, Venezuela e Alemanha.

Historicamente, o principal parceiro comercial e financeiro do país tem sido os Estados Unidos. Em 2022, os EUA realizaram investimentos externos diretos de US\$ 1,52 bilhões na economia dominicana. A relevância dos EUA decorre, em larga medida, da proximidade geográfica e da significativa comunidade de imigrantes dominicanos em território norte-americano. Estima-se que haja cerca de 2 milhões de nacionais dominicanos residindo nos Estados Unidos.

### **Perspectivas econômicas e desafios**

Entre os principais desafios macroeconômicos dominicanos, destacam-se: necessidade de promover crescimento inclusivo e sustentável; equilíbrio fiscal de longo prazo; racionalização de incentivos e isenções fiscais; ampliação da base tributária; criação de um setor exportador dinâmico; aprofundamento das reformas dos sistemas de saúde e educação.

O Banco Mundial projeta uma desaceleração do crescimento econômico de 0,5% em 2023, de 4,9% para 4,4%, em razão das condições fiscais do país e da redução do crescimento econômico mundial. Em contrapartida, as projeções de crescimento após

2023 são otimistas, superando 5%, devido às reformas estruturais em energia, inclusive com apporte do Banco Mundial, e em água e parcerias público-privadas, bem como esforços para melhorar o capital humano e atrair investimento estrangeiro direto, o que pode sustentar o potencial de crescimento no médio prazo.

Considerando o cenário externo, os maiores riscos advêm da situação entre Rússia e Ucrânia, que implica aumento de pressões de bens e serviços, sobretudo porque a República Dominicana importa petróleo, gás natural e cereais.

A variação nos preços dos combustíveis pode impactar a reforma no setor de energia, além de gerar riscos para a situação fiscal do país. Condições climáticas e desastres naturais podem, igualmente, deteriorar o balanço fiscal, dado o baixo grau de proteção da República Dominicana contra esses eventos que tendem a aumentar substancialmente o passivo fiscal.

### **Comércio Exterior**

A balança comercial dominicana é historicamente deficitária, e as trocas comerciais com os países do Caribe são relativamente baixas, por se tratarem de economias pouco complementares, com pautas de exportações muito similares. Uma exceção é o Haiti, importante comprador de produtos dominicanos, com relevante comércio transfronteiriço. Os EUA são o principal mercado de exportação e principal fornecedor do país.

A pauta de exportações da República Dominicana é composta principalmente por recursos minerais, especialmente ouro, equipamentos médicos e veterinários, fumo, circuitos elétricos, artigos de joalheria, preparação de artigos farmacêuticos, ferroliga e produtos têxteis. O aumento da participação de manufaturados na pauta de exportações em anos recentes decorre em parte de política de incentivos governamentais às zonas francas, de onde saíram 62,7% das exportações em 2022. Os principais mercados externos são os EUA, que absorveram 56% das exportações, seguido por Haiti e Suíça (ambos foram destino de 8,4% das exportações), Países Baixos e Índia.

Com relação às importações, o país é consumidor de petróleo e gás natural, equipamentos eletrônicos, peças e itens para equipamentos médicos, plásticos, automóveis, produtos farmacêuticos, papéis e outros itens de menor peso. Os principais fornecedores são EUA (43,5%), China (15,1%), México (3,8%), Brasil (3,7%), Espanha (3,2%), Itália (2,7%), Colômbia (2,6%), Argentina, (1,6%), Alemanha (1,5%), e Índia (1,5%).

Segundo dados do Escritório Nacional de Estatísticas do país, durante o ano de 2022, o intercâmbio comercial de mercadorias com o mundo totalizou US\$ 43.436,6 milhões e cresceu 20,0% em relação ao ano de 2021. As trocas comerciais representaram 42,6% do PIB corrente neste ano. Além disso, a balança comercial registrou déficit de -USD 18,656 bilhões, uma vez que o país exportou US\$ 12,39 bilhões e importou US\$ 31,04 bilhões.

### **Turismo**

Durante a pandemia de Covid-19, o setor de turismo sofreu a pior crise de sua história. Um dos maiores receptores de divisas em moeda forte e IED no país, o complexo turístico empregava mais de 300 mil dominicanos, representando cerca de 15% do PIB. A pandemia forçou o governo dominicano a fechar temporariamente o

setor hoteleiro, em razão das restrições sanitárias e da drástica redução das operações aéreas. A ocupação hoteleira, após a reabertura do país ao turismo internacional em 2021, ficou em 5% e o setor perdeu mais de 150 mil empregos diretos.

Entre 2012 e 2019, o país recebeu 45 milhões de visitantes (taxa média anual de crescimento de 5%). Estados Unidos, Canadá, França e Rússia são as principais fontes de turistas. Segundo dados do Banco Central, o número de turistas estrangeiros no país e montante total de dólares injetados na economia entre 2016 e 2022 foram:

- 2016: 6 milhões (USD 6,7 bilhões)
- 2017: 6,2 milhões (USD 7,1 bilhões)
- 2018: 6,6 milhões (USD 7,5 bilhões)
- 2019: 6,4 milhões (USD 7,4 bilhões)
- 2020: 2,4 milhões (USD 3 bilhões)
- 2021: 5,6 milhões (n/d)
- 2022: 7,16 milhões (USD 8,4 bilhões)

A receita cambial proveniente do turismo foi superior a USD 61 bilhões entre 2010 e 2020, resultado que consolidava a República Dominicana como principal destino na região do Caribe e da América Central. Em 2019, antes da pandemia, portanto, a receita gerada pelo turismo (USD 7,4 bilhões) representou 8,4% do PIB, equivalente a 36,4% das exportações de bens e serviços.

A grande aposta do governo para superar os efeitos adversos da pandemia foi o estímulo à retomada e expansão do setor, por meio de políticas fiscais expansionistas. Segundo o “Informe Situación Macroeconómica: Seguimiento de Coyuntura noviembre 2022”, o setor de serviços, representado sobretudo pela atividade turística, continuou liderando o dinamismo da economia dominicana, com variação acumulada de 7,0%. O ingresso de divisas devido ao turismo registrado pelo Banco Central dominicano foi de US\$ 8,4 bilhões, o que equivale a quase 15% do PIB dominicano em 2022.

Para o governo dominicano, o desenvolvimento do setor é fundamental para reverter a tendência histórica de déficits na balança comercial. Como estratégia de médio e longo prazo, o país pretende investir na diversificação, ampliando a já extensa rede de resorts na região de Punta Cana e estimulando o turismo ecológico e sustentável – visto por especialistas como modalidade que apresenta maior potencial de crescimento no turismo internacional nas próximas décadas.

Ainda segundo dados do Banco Central, no período 2010-2019, o IED destinado ao turismo atingiu o montante de USD 4,9 bilhões, compondo 19,4% do total recebido naqueles anos. Não por acaso, a superação da crise no turismo foi prioridade máxima para o presidente Luis Abinader. Ainda em 2020, o governo lançou o “Plano de Recuperação Responsável do Turismo contra a Covid-19”, que englobava incentivos financeiros, medidas sanitárias e intensificação de campanhas de divulgação do país no exterior. Os hotéis e resorts do país iniciaram processo de reabertura gradual no segundo semestre de 2020, mas assim como em outras partes do mundo, a efetiva recuperação do setor foi ocorrendo à medida em que se evoluía na vacinação contra a Covid (e com reduzida ameaça de novas variantes). Em agosto de 2023, as estatísticas do governo dominicano apontavam que 66,6% da população havia recebido ao menos uma dose, 55,1% estavam totalmente vacinadas, e 22,8% haviam tomado a dose de reforço.

## **Indicadores sociais**

Em agosto de 2020, em seu discurso de posse, o presidente Abinader criticou o governo anterior com relação ao modelo educacional dominicano e responsabilizou o ex-presidente pelo desempenho ruim dos alunos dominicanos no exame PISA, no qual o país obteve o último lugar em Matemática e Ciências e o penúltimo em Leitura.

Antes da pandemia, a pobreza afetava cerca de 30% da população, ainda que os indicadores de fome tenham sido reduzidos em 50% ao longo da última década. Os serviços sociais receberam incremento de investimentos, com mais de um milhão de novos filiados inscritos no seguro público de saúde e 65.500 habitações construídas para a população de baixa renda.

Mesmo com tais avanços, o Boletim de Estatísticas Oficiais de Pobreza Monetária na República Dominicana apresentava quadro de elevada pobreza, em um país profundamente desigual. Com 0,756 de IDH, a República Dominicana possuía o quarto pior desempenho no Caribe insular, melhor apenas do que Dominica, Jamaica e do vizinho Haiti.

A explicação para o alto nível de pobreza em um país que vinha crescendo a taxas altas é a elevada desigualdade social. O país enfrenta carências típicas de países em desenvolvimento: elevados níveis de pobreza e desigualdade, infraestrutura social precária, degradação ambiental e baixos indicadores de educação e saúde. A pandemia da Covid-19 contribuiu para agravar a situação por seus impactos no setor de turismo, um dos maiores geradores de empregos no país.

A implementação de projetos voltados ao combate à pobreza e à melhora da estrutura de bem-estar social no país tem sido historicamente comprometida pela questão fiscal, haja vista que o país segue com dificuldades de arrecadação e endividamento público. Analistas estrangeiros têm, há algum tempo, alertado para a necessidade de ampla reforma tributária.

O sistema de arrecadação do país, caracterizado por excessivo número de subsídios e benefícios fiscais, é acusado de ser ineficiente para fazer frente às demandas de uma sociedade altamente desigual e com carências significativas nas áreas da saúde, educação, transporte público e habitação. Nesse contexto, o presidente Abinader elegeu a questão fiscal como uma das prioridades de seu governo, mas tem enfrentado forte resistência de setores tradicionalmente beneficiários de incentivos fiscais, como o elétrico e o de combustíveis. A pandemia tornou a administração do tema ainda mais desafiadora e complexa.

O governo de Abinader também tem priorizado a política de acesso universal à saúde, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). As políticas públicas, por meio do Plano Nacional Plurianual do Setor Público, buscam garantir o acesso da população a redes integradas de serviços de saúde coletiva, aumentar a cobertura para riscos laborais e, inclusive, reduzir os danos resultantes da pandemia de COVID-19.

Em 2022, iniciou-se o X Censo Nacional de População e Moradia, conduzida pela autoridade estatística do país. As entrevistas foram realizadas em novembro, e os resultados preliminares começaram a ser divulgado em agosto de 2023, com informações sobre população total e por sexo, número de moradias e províncias mais populosas.

## **Imigração**

Em 2018 foram divulgados os resultados da 2<sup>a</sup> edição da Encuesta Nacional de Inmigrantes (ENI-2017). O documento reúne estatísticas de estrangeiros residentes na República Dominicana em situação regular e irregular. Segundo o ENI-2017, a população de origem estrangeira residente no país é de aproximadamente 850 mil pessoas (8% da população total do país), divididos entre imigrantes (cerca de 571 mil) e descendentes de imigrantes (cerca de 277 mil).

Ao separar os estrangeiros por nacionalidades, os haitianos aparecem em primeiro lugar (498 mil haitianos, ou 87% dos imigrantes); seguidos de venezuelanos (4,5%); estadunidenses (1,8%); espanhóis (1,3%) e italianos (0,7%). Outra conclusão do ENI indica que os haitianos apresentam os piores indicadores sociais, sendo que 95% deles não têm seguro de saúde e 28% afirmam ser analfabetos. A estrutura ocupacional desses migrantes haitianos concentra-se em atividades que demandam pouca capacitação (setores da agropecuária, construção e comércio).

Desde a última edição da mesma pesquisa (2012), o número de imigrantes provenientes da Venezuela aumentou sete vezes, passando de 3.435 para 25.872 pessoas. Tamanho aumento, somado à realidade da difícil convivência entre haitianos e dominicanos, que vivem realidades bastante díspares de cada lado da fronteira, estão entre as razões que levaram o então presidente Danilo Medina a não assinar o "Pacto Mundial para a Migração Segura, Ordenada e Regular" (Pacto de Marraquexe). O governo dominicano alegou que, embora não possuísse caráter vinculante, o Pacto geraria compromissos que poderiam limitar a ação do Estado em temas migratórios e, desse modo, restringir as políticas dominicanas e o interesse nacional.

O contingente de imigrantes haitianos sem documentação tem-se tornado um desafio cada vez mais premente para a República Dominicana. Segundo o governo do país, em 2022, a República Dominicana deportou 120.900 estrangeiros irregulares, quase todos de origem haitiana. Além disso, segundo as estatísticas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) dominicano, em 2019, 23,7% dos partos em toda a rede pública corresponderam a mães haitianas em 2019, 27,2% em 2020, 30,5% em 2021, 33,1% em 2022 e 34% em 2023 (com base em dados até maio). Nos últimos três anos, registrou-se uma média de mais de 35.000 partos para mães haitianas em hospitais públicos.

## **Energia**

A despeito do notável crescimento econômico, o país possui uma estrutura de geração e distribuição de energia precária, além de depender da importação de insumos fósseis - o que impacta sobremaneira no balanço de pagamentos. Em 2018, o sistema de geração e abastecimento energético da República Dominicana sofreu impacto decorrente do desligamento da usina termelétrica AES Andrés, responsável por 15% da geração de energia do país.

Não por acaso, um dos principais projetos do governo de Danilo Medina foi a construção da Central Termelétrica de Punta Catalina. A usina, cuja construção ficou a cargo do consórcio Odebrecht-Tecnimont-Estrella, custou aproximadamente USD 2,3 bilhões aos cofres dominicanos e possui capacidade para gerar aproximadamente 1/3 de toda a demanda energética do país, atualmente suprida mormente por pequenas usinas

---

privadas movias a diesel, poluidoras e caras. Como consequência, o governo tem sido cada vez mais instado a aumentar investimentos e incentivos em projetos de geração de energias renováveis, como plantas hidrelétricas, eólicas e solares.

Em 2021, a presidência dominicana lançou o “Pacto Nacional para la Reforma del Sector Eléctrico (2021-2030)”, que estabelece as bases de atuação para os atores do setor elétrico, incluindo governo e empresas e diretrizes gerais para o setor até 2030.

De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE) e com a US Energy Information Administration (EIA GOV), a República Dominicana não registra produção de carvão, energia nuclear, gás natural ou petróleo, sendo o abastecimento proveniente de importações, especialmente oriundas dos EUA. A oferta interna de energia é dependente de petróleo e derivados (70%), seguido do gás (11%) e carvão (8%). O restante é baseado em renováveis, sobretudo “biocombustíveis / lenha”. Existem, contudo, diversas áreas identificadas pelo Ministério de Energia e Minas daquele país desde 2016 com potencial de exploração “onshore” e “offshore”.

A República Dominicana apresenta bom potencial para a produção de etanol, por já contar com experiência e tecnologia incorporadas na produção de cana-de-açúcar. O país enfrenta, contudo, dificuldades relacionadas à importância dos ingressos provenientes de receitas fiscais da importação de petróleo e da exportação de açúcar, que explicam, em parte, por que o potencial dominicano para a produção de etanol segue largamente inexplorado.



## RELAÇÕES BILATERAIS

As relações mantidas com o Brasil integram o rol das principais linhas da política exterior dominicana. Os países exercem papel protagônico em seu entorno e há coincidência de valores e interesses, como o fortalecimento da integração regional, o desenvolvimento econômico e o combate à desigualdade social. Também foi vista de forma positiva a presença brasileira no Haiti.

Na última década, as relações bilaterais foram impulsionadas por acordos, visitas de alto nível e projetos de cooperação.

Na condição de empresário, Abinader realizou viagem ao Brasil, em 2013, com objetivo de conhecer a experiência brasileira com etanol, área que considera prioritária para cooperação técnica bilateral. Na ocasião, teceu comentários positivos a respeito da EMBRAPA, modelo que gostaria de implantar no país.

Antes mesmo da vitória nas eleições de julho de 2020, o PRM já havia sinalizado interesse em adensar o relacionamento bilateral. Em dezembro de 2019, o então assessor internacional do partido e hoje chanceler, Roberto Álvarez, indicou que seria atribuída prioridade às relações com a América do Sul, em especial com o Brasil.

A última visita em nível de chanceleres ocorreu em 2018, quando Miguel Vargas visitou o Brasil. Vargas esteve acompanhado do vice-ministro para Assuntos Econômicos e Cooperação Internacional, Hugo Rivera Fernández. Durante o encontro foram abordadas questões no campo do comércio, cooperação técnica e concertação com o MERCOSUL. Foram, ainda, assinados os seguintes atos internacionais:

- I. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa;
- II. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Isenção de Vistos de Turismo e Negócios;
- III. Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Dominicana;
- IV. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de República Dominicana Sobre Cooperação na Área de Comércio e Investimentos;
- V. Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana;
- VI. Memorando de Entendimento entre o Instituto de Educação Superior em Formação Diplomática e Consular do Ministério de Relações Exteriores da República Dominicana e a Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério de Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

No que diz respeito à cooperação nos foros os políticos multilaterais, a República Dominicana tem apoiado a grande maioria das candidaturas brasileiras, seja de modo unilateral, seja por meio da troca de votos.

## **Empresas brasileiras**

Muitas empresas brasileiras se beneficiam do potencial econômico dominicano, sendo possível identificar três eixos de atuação: investimento direto para suprir a demanda interna; investimento direto em zona franca para a exportação a outros mercados; e exportação.

Entre as principais empresas brasileiras que atuam ou já atuaram na economia da República Dominicana destacam-se Ambev, Gerdau, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Colina Business Group, Soles del Mar, Só Dança, Sierras Industriales del Caribe, Concremat e Niuled

No governo Danilo Medina, houve a construção da Central Termelétrica de Punta Catalina, a cargo do consórcio Odebrecht-Tecnimont-Estrella. A obra custou cerca de USD 2,3 bilhões aos cofres dominicanos e tem capacidade para gerar aproximadamente 1/3 de toda a demanda energética do país. A construção de Punta Catalina representou um dos elementos mais relevantes da ação brasileira na economia dominicana em tempos recentes, junto a outras obras realizadas por construtoras brasileiras, como a represa de Montegrande, feita pela Andrade Gutierrez. A Odebrecht também foi responsável por obras de infraestrutura viária no país.

Ainda sobre a participação do setor privado brasileiro na economia local, destaca-se a compra da Cervecería Nacional Dominicana pela AMBEV (inicialmente adquirindo o controle de 51% da empresa por USD 237 milhões em 2012, e depois alcançando 85% das ações em 2017), bem como a joint-venture entre a Gerdau e metalúrgica dominicana Metaldom em 2014. A entrada das duas empresas e as obras realizadas por construtoras brasileiras contribuíram para a atual posição do Brasil entre os principais investidores no país.

## **Comércio e investimento**

O Brasil está entre os principais parceiros comerciais da República Dominicana e é um dos maiores investidores externos no país.

O comércio bilateral foi muito afetado pela pandemia de Covid-19. Em 2020, a corrente de comércio alcançou o patamar de US\$ 479 milhões, queda de 32% em relação ao volume comercializado em 2019 (US\$ 703 milhões). O saldo comercial do Brasil ficou em US\$ 429 milhões de dólares (-34,6%), com as exportações brasileiras alcançando US\$ 454 milhões e as importações brasileiras chegando a US\$ 25 milhões.

Em 2021, a corrente de comércio foi de US\$ 609 milhões, aumento de 27% em relação ao volume comercializado em 2020. O saldo comercial do Brasil somou US\$ 554 milhões de dólares (+29%), com as exportações brasileiras alcançando US\$ 581 milhões e as importações brasileiras somando cerca de US\$ 28 milhões. Em 2022, verificou-se aumento de quase 30% nas exportações brasileiras.

Já em 2022, houve retomada do comércio entre os dois países, com variação positiva de 76,2%, totalizando US\$ 1.072,7 milhões em corrente de comércio. O saldo comercial do Brasil registrou superávit de US\$ 1.045,5, de modo que as exportações registraram aumento de 79,6%, alcançando US\$ 1.043,6. As importações brasileiras somaram US\$ 29,1 milhões, um incremento de 5,4% em relação a 2021.

O estoque de investimentos de empresas brasileiras na República Dominicana, contudo, vem diminuindo. O Brasil, que já foi o terceiro maior investidor no país ao longo da última década, figurou, em 2022, na oitava posição, com US\$109,5 milhões de

fluxo de IED investidos no país, depois de EUA, México, Canadá, Espanha, Ilhas Virgens, Venezuela e Alemanha, segundo dados do Banco Central dominicano. A diminuição dos investimentos brasileiros na República Dominicana coincide com as fases finais de grandes projetos de construção civil, como a hidrelétrica de Punta Catalina.

### **MERCOSUL – República Dominicana**

Ainda no governo do ex-presidente Danilo Medina (PLD), iniciaram-se as primeiras conversas para eventual assinatura de acordo entre MERCOSUL e República Dominicana, porém com avanços tímidos.

Após a posse de Luis Abinader, em setembro de 2020, durante a Presidência Pro Tempore (PPT) uruguaia do MERCOSUL, foi entregue proposta com termos de referência à chancelaria dominicana. Inicialmente, o governo dominicano respondeu com cautela, propondo Memorando de Entendimento para criação de Grupo de Trabalho para Promoção do Comércio, dos Investimentos e do Encadeamento Produtivo. Em junho de 2021, contudo, já na PPT argentina, foi entregue contraproposta mercosulina. No segundo semestre de 2021, foi apresentada à República Dominicana versão ajustada do texto.

O Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio, Investimento e Vínculos Produtivos entre o MERCOSUL e a República Dominicana foi assinado em 16 de dezembro de 2021 e deverá contribuir para o fortalecimento dos laços econômicos e comerciais do bloco com a República Dominicana. A primeira reunião presencial do Grupo de Trabalho Conjunto para a Promoção do Comércio, Investimento e Vinculação Produtiva República Dominicana –MERCOSUL ocorreu em novembro de 2022, em São Domingos.

Durante a primeira reunião do GT, após discussões sobre acesso a mercados, medidas sanitárias e fitossanitárias, cooperação, investimentos e encadeamento produtivo, o MERCOSUL e a República Dominicana acordaram a criação de quatro subgrupos temáticos, a fim de conferir maior direcionamento e efetividade aos trabalhos realizados no âmbito do GT, entre eles o subgrupo “perspectivas de lançamento de uma eventual negociação de um Acordo Comercial MERCOSUL - República Dominicana”. As partes concordaram que se deve intensificar o intercâmbio de informações e de experiências para se chegar a entendimentos profícios para ambos os lados.

### **Cooperação técnica**

No que se refere à cooperação técnica bilateral, desde a promulgação do Acordo Básico de Cooperação Técnica, em 2010, foram realizadas seis reuniões bilaterais, sendo quatro do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica (GT), uma para avaliação de projetos e uma preparatória à IV Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil – República Dominicana.

Durante a IV Reunião do Grupo de Trabalho, realizada de 29 de agosto a 2 de setembro de 2022, em São Domingos, acordou-se que os projetos de cooperação técnica teriam seus custos compartilhados em 80% para o Brasil e 20% para a República Dominicana, com base na prática que vem sendo adotada pela ABC nos programas de

cooperação técnica bilateral com países em desenvolvimento relativo semelhante ao Brasil.

O programa bilateral com a República Dominicana é composto, atualmente, por onze projetos, sendo quatro em execução nas áreas de meio ambiente, agricultura, saúde, e metrologia; e sete projetos em processo de assinatura nas áreas temáticas de agricultura; administração pública; desenvolvimento social; educação; saúde e segurança pública.

Em de novembro de 2021, Brasil e República Dominicana assinaram o Memorando de Entendimento sobre cooperação internacional na modalidade trilateral com o objetivo de promover a coordenação, a sensibilização, o lançamento e a consolidação de parcerias e redes, bem como a partilha de experiências e o intercâmbio de conhecimento em favor de países em desenvolvimento.

No âmbito da cooperação trilateral com organismos internacionais, encontra-se em execução projeto regional que, regularmente, conta com a participação da República Dominicana em atividades de intercâmbio na área de alimentação escolar, executado em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE).

### **Memorando sobre Turismo**

Atualmente, Brasil e República Dominicana negociam texto de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Turismo, com o objetivo de promover e desenvolver o intercâmbio bilateral na área do turismo. O memorando estabelece as seguintes áreas de cooperação: (i) cooperação institucional; (ii) intercâmbio de informações; (iii) investimentos e promoções turísticas; (iv) coordenação de posicionamento em foros multilaterais; e (v) treinamento e qualificação em turismo. Entre 2015 e 2016, visitaram o país cerca de 200.000 turistas brasileiros, reduzindo-se posteriormente o número a 60.000. Em 2022, o número havia subido para quase 85.000.

### **Comunidade brasileira**

Segundo o levantamento “Comunidade Brasileira no Exterior”, de agosto de 2022, produzido pelo MRE, a quantidade estimada de brasileiros na República Dominicana era de 900 nacionais.

Ao longo dos últimos anos, tem-se verificado sinais de redução do número de brasileiros residentes no país, em razão da finalização das principais obras tocadas por construtoras brasileiras, como Odebrecht e Queiroz Galvão. Atualmente, há aproximadamente 400 eleitores brasileiros inscritos na jurisdição da Embaixada em São Domingos, muitos dos quais ligados a grandes empresas com atuação no país, como Gerdau e Ambev.

Quanto a casos de assistência, há baixa ocorrência de prisões de brasileiros naquele país. Há, no entanto, incidência relativamente alta de nacionais brasileiros detidos por autoridades migratórias dominicanas. Este país, dada sua proximidade aos EUA, é comumente utilizado por cootes como rota de passagem de brasileiros que visam entrar irregularmente em território norte-americano.

Espera-se que o acordo de isenção de vistos, em vigor desde outubro de 2021, contribua para ampliar o número de turistas dominicanos no Brasil (a República Dominicana já vinha aplicando isenção unilateralmente a turistas brasileiros há alguns anos).



### CRONOLOGIA HISTÓRICA

1496	São Domingos torna-se a primeira colônia espanhola no Novo Mundo
1801	Toussaint Louverture avança militarmente sobre São Domingos, para fazer valerem os termos do Tratado de Basel, de 1795
1802	Controle francês sobre São Domingos passa às mãos do General Charles Leclerc
1803	Jean-Jacques Dessalines busca, entre 1803 e 1805, destituir o controle francês sobre São Domingos
1821	A população dominicana (habitantes da parte oriental da ilha de Hispaniola) declara a independência do país
1822	A pretensão de tornar-se parte da Gran-Colômbia não prospera e aparte dominicana da ilha é anexada pelo Haiti
1838	Fundação de “La Trinitaria”, agrupamento que buscava promover a independência dominicana
1844	Independência da República Dominicana
1865	Guerra de Restauração
1869	Presidente americano Ulysses Grant ordena presença militar na República Dominicana
1870	Senado americano rejeita proposta de anexação de São Domingos
1916	Nova ocupação americana na República Dominicana, desta feita até 1924
1924	Vitória de Horacio Vásquez nas eleições realizadas; durante seu governo, Rafael Trujillo comanda as forças de segurança
1930	Após acordo com Rafael Ureña, que derruba Horacio Vásquez, Rafael Trujillo implanta regime ditatorial no país até 1961

1937	Massacre de “El Corte”
1960	Assassinato das irmãs Mirabal
1963	Vitória de Juan Bosch nas eleições realizada em fevereiro; deposto por golpe militar em setembro do mesmo ano
1965	Nova ocupação americana na República Dominicana
1966	Vitória de Joaquín Balaguer nas eleições realizadas; o governante permaneceu no poder, autoritariamente, até 1978
1978	Joaquín Balaguer é sucedido pelo oposicionista Antonio Guzmán Fernández (PRD)
1982	Vitória de Salvador Jorge Blanco (PRD) nas eleições realizadas
1986	Vitória de Joaquín Balaguer nas eleições realizadas, reeleito em 1990 e 1994 (esta última, em pleito amplamente contestado)
1996	Novas eleições foram marcadas, dando a vitória a Leonel Fernández (PLD), fundado por Juan Bosch em 1973
2000	Vitória de Hipólito Mejía (PRD) nas eleições realizadas
2004	Vitória de Leonel Fernández (PLD), reeleito em 2008
2012	Vitória de Danilo Medina (PLD), reeleito em 2016
2020	Vitória de Luís Abinader (PRM), em pleito eleitoral realizado em meio à pandemia do novo coronavírus

## CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1911	Abertura de consulado do Brasil na República Dominicana, com sede em São Domingos
1943	Abertura da embaixada brasileira na República Dominicana, com sede em São Domingos
2002	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à República Dominicana, por ocasião da Cúpula Ibero-Americana
2002	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à República Dominicana, para participar da cerimônia de posse presidencial
2004	Na condição de presidente eleito, Leonel Fernández visita o Brasil
2011	Visita do presidente Leonel Fernández ao Brasil, para participar do Fórum Econômico Mundial para a América Latina
2012	Na condição de presidente eleito, Danilo Medina visita o Brasil
2012	Chanceler Antonio Patriota participa da cerimônia de posse do presidente da República Dominicana, Danilo Medina
2012	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores da República Dominicana, Carlos Morales Troncoso
2015	Visita do chanceler Mauro Vieira à República Dominicana
2018	Visita do ministro das Relações Exteriores, Miguel Vargas, ao Brasil. Na ocasião foram assinados atos em matéria de defesa; isenção de vistos; consultas políticas; comércio e investimentos; serviços aéreos; e formação diplomática e consular.
2018	Realização da 1ª Reunião do Conselho Conjunto de Comércio e Investimentos Brasil-República Dominicana
2019	Inauguração do novo edifício sede da Embaixada da República Dominicana em Brasília

2020	Realização, em formato virtual, devido às restrições provocadas pela pandemia de Covid-19, da I Reunião de Consultas Políticas Brasil – República Dominicana
------	--

## ACORDOS BILATERAIS

Título do acordo	Celebração
Protocolo para Emendar o Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana	14/04/2023
Ajuste Complementar ao “Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana” para o Projeto “Transferência de Capacidades para o Fortalecimento da Agricultura Familiar na República Dominicana”	19/07/2021
Ajuste Complementar ao “Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana” para o Projeto “Tecnologias para a Educação Profissional	19/07/2021
Ajuste Complementar ao “Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana” para o Projeto “Fortalecimento das Capacidades nas Áreas de Infraestrutura de Qualidade e Apoio à Criação do Centro de Informação Dominicano sobre Regulamentação Técnica (CEDIRET)	19/07/2021
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre cooperação na Área de Comércio e Investimentos	14/05/2018
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana sobre Isenção de Vistos de Turismo e Negócios	14/05/2018
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República Dominicana	14/05/2018
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	14/05/2018
Acordo de Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República Dominicana	14/05/2018
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Apoio Técnico para a Implementação do Banco de Leite Humano no Hospital Materno Infantil	10/04/2015

San Lorenzo de Los Mina"	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para implementação do Projeto "Apoio à implementação do Programa Cultivando Água Boa na República Dominicana - Fase I/II"	10/04/2015
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Formação, Pesquisa e Fortalecimento Institucional em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico e Social"	15/06/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Capacitação em Biotécnicas Reprodutivas e Melhoramento Genético para o Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira Dominicana"	15/06/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Apoio ao Aprimoramento do Sistema de Avaliação da Educação Básica na República Dominicana"	15/06/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Apoio Técnico para a Criação da Rede de Bancos de Leite Humano da República Dominicana"	15/06/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Apoio à Implementação do Programa de Redução da Morbimortalidade Materno-Infantil na República Dominicana"	09/02/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Capacitação em Processamento de Frutas: Desidratação e Obtenção de Sucos"	09/02/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Captação Técnica em Comando de Incidentes, Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas e Atendimento Pré Hospitalar"	09/02/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Transferência da Metodologia adotada pelo Brasil para Diminuição do Número de Armas de Fogo e Munição à Disposição da População Civil"	09/02/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto "Centro de Formação	11/11/2011

<b>Profissional Brasil - República Dominicana”</b>	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio a Implantação de Centro de Atenção Presencial ao Cidadão”.	19/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Eficiência Energética nas Edificações Públicas e Comerciais”	19/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio à Implantação de Sistema de Metrologia e Avaliação da Conformidade na República Dominicana”	19/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Fortalecimento do Sistema Público de Emprego na República Dominicana”	19/11/2010
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica em Benefício da República do Haiti na Área de Defesa Civil	26/04/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação de Gestores Municipais de Bajos de Haina na Estruturação e Gestão de seus Sistemas e Serviços de Limpeza Pública”	05/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio à Implementação do Banco de Leite Humano na República Dominicana”	05/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação em Manejo de Controle da Mosca-das-Frutas”	05/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento da Autoridade Sanitária Dominicana nas Áreas de Registro de Medicamentos, Farmacovigilância e Inspeções Sanitárias”	05/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Rastreabilidade Genética e Produção de Carne e Leite Bovinos”	05/02/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República	04/02/2010

Dominicana para a Implementação do Projeto “Plano de Manejo de Uso e Ocupação da Bacia do Rio Yaque do Norte para a Criação do Parque Linear do Arroyo Gurabo”	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa	02/02/2010 (superado)
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica na Área do Cultivo da Mamona para Produção de Biodiesel	20/06/2007
Memorando de Entendimento de Cooperação Audiovisual entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	20/06/2007
Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a República Dominicana sobre Concessão de Vistos de Negócios com validade de um ano para Nacionais Portadores de Passaportes Comuns	22/05/2006
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana na Área de Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga e Mamão	06/02/2006
Protocolo de Intenções o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana na Área de Gestão de Recursos Hídricos	06/02/2006
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	06/02/2006
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	13/09/2005
Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	17/11/2003
Acordo, por troca de notas, para a Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	17/11/2003
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre o Programa de Cooperação Técnica	17/11/2003
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas	17/11/2003
Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	17/11/2003
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana no Âmbito do Programa de Cooperação Internacional do Ministério da Saúde do Brasil	30/01/2003 (Expirado)
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana, de 08/02/1985, para	11/11/2002

Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parque Florestais, Ecoturismo, Educação ambiental e Investigação Hidrológica	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto "Educação Urbana para o Centro Histórico-Comercial da Cidade de Santiago de los Caballeros"	07/04/1999 (Expirado)
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto "Recuperação de Habitações em Bairros Populares de Santiago"	07/04/1999 (Expirado)
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	18/05/1995
Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana.	08/02/1985
Acordo, por troca de Notas, que Põe em Vigor a Ata de Consulta de 25 de janeiro de 1983 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	12/10/1983
Declaração de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana	14/11/1981
Acordo sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana.	28/07/1970
Acordo para a Concessão de Passaportes a um Grupo de Nacionais Dominicanos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	18/03/1960
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por Via Aérea - Complementar ao Acordo Administrativo de 19 e 26 de setembro de 1945 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	27/09/1951
Convênio para Permuta de Livros e Publicações entre o Governo dos Estados Unidos e o Governo da República Dominicana.	09/04/1945
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana	09/12/1942
Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência em Malas Diplomáticas entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	26/09/1940
Convenção de Arbitramento entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Dominicana.	29/04/1910



**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

**DA EMBAIXADA DO BRASIL EM SÃO DOMINGOS**

**Candidato: CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ**

**PERFIL DO CANDIDATO****Embaixador Carlos Luís Dantas Coutinho Perez**

Nascido em 17 de fevereiro de 1964, em Londres, Reino Unido (brasileiro nato, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição Federal de 1946), Carlos Perez é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília. Em 1990, ingressou no Ministério das Relações Exteriores. Em 2007, foi aprovado “com louvor” no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese “A Cooperação Nuclear Brasil-Argentina: Origens, Condicionantes e Perspectivas”.

Em Brasília, desempenhou funções na Secretaria-Geral de Controle (1992), na Divisão de Organismos Econômicos para o Desenvolvimento (1993), no Departamento de Organismos Internacionais (1994-1995), na Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (2001), na Secretaria-Geral (2002) e no Gabinete do Ministro de Estado (2003-2004).

Chefiou a Divisão da Organização dos Estados Americanos (2010-12) e exerceu a subchefia da Coordenação Geral de Combate à Criminalidade Transnacional (2012-2013), antes de ser nomeado Chefe de Gabinete da Secretaria de Assuntos Políticos I (2013-2015). Foi Diretor do Departamento da Europa (2016-2020), do Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe (2020-2022) e do Departamento de Caribe, Américas Central e do Norte (2022-23). Até agosto do corrente ano, exerceu a função de Diretor do Departamento de México, América Central e Caribe.

Serviu nas embaixadas brasileiras em Bruxelas, Santiago e Buenos Aires, bem como na Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Entre outras atividades, foi chefe do Setor de Defesa e Segurança da Embaixada em Buenos Aires (2004-2007) e Coordenador de Desarmamento e Direitos Humanos da Missão junto à ONU (2007-2010). Foi presidente do grupo de trabalho “Medidas práticas de fortalecimento da confiança no campo das armas convencionais” da Comissão de Desarmamento da ONU (2008). Atuou como representante suplente do Brasil no Grupo de Peritos Governamentais sobre um Tratado de Comércio de Armas (2008) e como representante brasileiro no Grupo de Peritos Governamentais para avaliar a implementação do Registro das Nações Unidas sobre Armas Convencionais (2009). Presidiu o Grupo de Peritos Governamentais da ONU sobre Desenvolvimentos no Campo da Informação e das Telecomunicações no Contexto da Segurança Internacional (Cibersegurança) (2014-2015).

**SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E REPÚBLICA DOMINICANA**

(elaborado com base em informações recebidas do Embaixador Renan Leite Paes Barreto, antecessor o posto)

De início, cabe mencionar que o Brasil e a República Dominicana têm relações fluídas e muito cordiais desde a abertura das relações diplomáticas em 1911 (há 112 anos). Um aspecto que vale destacar, como pano de fundo, é que, devido às peculiaridades de sua história, a República Dominicana (ocupada pelo Haiti, reocupada pela Espanha e pelos EUA) foi a única nação que teve que lutar por sua ibero-americana.

No que tange aos aspectos políticos, vale registrar que haverá eleições tanto presidenciais quanto para o Congresso (Câmara e Senado) e Prefeituras no dia 19 de maio de 2024. Os governadores são escolhidos pelo governo central. Pelo calendário estabelecido pela Junta Central Eleitoral (JCE), em 01 de outubro de 2023 serão realizadas as primárias dos partidos e em 29 de outubro as convenções e assembleias das organizações políticas. O atual presidente Luis Abinader fez, em 13/8, pronunciamento no qual anunciou sua pré-candidatura à reeleição.

Na perspectiva do Posto, caberia ao novo embaixador consolidar o excelente nível do relacionamento político existente entre ambos países (tanto a nível institucional quanto pessoal) e ter sempre presente a posição estratégica da RD que, tendo uma política externa pró-ativa, e acordos de livre-comércio com EUA, Europa, América Central e Caribe, explicita sempre sua disposição de alinhar-se ao Brasil. A RD é também um excelente ponto de observação do que ocorre no Haiti. Tão logo seja eleito ou reeleito o governante para o próximo período, o novo chefe do posto deverá agendar com o MIREX local a realização de um novo foro de conversas políticas entre ambas Chancelarias.

No campo econômico-comercial, na esteira da recente abertura do mercado dominicano para a carne de suínos e bovinos (tarefa a que o SECOM desta Embaixada se dedicou com afinco), caberá buscar a ampliação do número de frigoríficos a serem autorizados, mas também a redução das tarifas incidentes sobre as mesmas.

Com referência à Cooperação para o Desenvolvimento, Brasil e República Dominicana possuem um amplo e dinâmico programa de cooperação, o qual tem sido mantido e aprimorado nos últimos anos. Em agosto de 2022, realizou-se em São Domingos, a IV Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica entre ambos países, quando 3 novos projetos foram assinados. Ao todo, atualmente, há 5 projetos em negociação e 6 projetos em andamento.

Cabe ressaltar, por fim, que se encontra em negociação, Projeto Tripartite de Saúde na Fronteira República Dominicana-Haiti. De fato, através de projeto trilateral na área da saúde, há negociação para a instalação e operação de UPAS (Unidades de Pronto Atendimento) na linha divisória domínico-haitiana.

Vale recordar que, tendo a República Dominicana ocupado a Secretaria pro-tempore da SEGIB (Secretaria Geral Ibero-Americana), sediou no período novembro 2021-março 2023, com a participação integral ou parcial desta Embaixada, onze reuniões ministeriais.

No que tange à promoção comercial, a prioridade recente do SECOM, aliás muito bem-sucedida, foi a abertura do mercado dominicano a carne brasileira. Dentre as diversas ações e gestões efetuadas, destacam-se a coordenação da visita do MAPA à República Dominicana, em março de 2022, quando foram discutidos os temas sanitários pendentes entre os 2 países. Desde então, o setor comercial da Embaixada dedicou-se a aprofundar o relacionamento com o governo local e a garantir a abertura gradual do mercado ao produto brasileiro.

Quanto à carne de aves, mercado já aberto há alguns anos, a Embaixada tem feito gestões efetivas para assegurar a agenda de auditorias in loco, tanto para habilitação de plantas brasileiras, quanto para sanar eventuais dúvidas das autoridades sanitárias (como, por exemplo, em relação à exportação de carne de aves por meio de entrepostos não auditados).

Quanto à carne bovina e suína, os funcionários dominicanos daquele Ministério, com o apoio da Embaixada, realizaram visita técnica ao Brasil no primeiro semestre deste ano e concluíram pela abertura do mercado à carne brasileira proveniente de regiões sem vacina. Em junho de 2023 após a devida realização de auditorias, as plantas brasileiras foram consideradas satisfatórias. Os certificados foram emitidos em agosto corrente.

Trata-se de um momento auspicioso para a relação bilateral sendo a primeira vez que esse mercado é aberto ao produto brasileiro. O SECOM tem feito ainda gestões para temas correlatos, como exportação de material genético e venda de elementos para animais de estimação.

Cabe mencionar que, em 2022, as exportações brasileiras cresceram 79.6%, alcançando US\$ 1.043,6 milhões. Os principais produtos exportados foram carnes de aves, produtos manufaturados (automóveis de passageiros e "station wagons", "bulldozers", escavadoras, ladrilhos, placas e tratores) e produtos químicos. Já das exportações dominicanas, que tiveram um aumento de 15%, constam instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária, artigos farmacêuticos, aparelhos para conexão de circuitos elétricos, charutos, desperdícios e resíduo de cobre.

A Embaixada também tem promovido atividades de divulgação e aproximação empresarial tais como uma série de reuniões com empresários dominicanos e brasileiros vinculado à Câmara de Comércio Domínico-Brasileira. Em setembro de 2022 a Embaixada forneceu apoio à missão da APEX, que visitou o país para a prospecção do mercado local de móveis. O Chefe do Posto, quando solicitado, tem-se pronunciado também em reuniões multilaterais ocorridas no Posto (como as reuniões da SEGIB supra citadas, e a V Fase do Projeto Tripartite de Alimentação Escolar FAO-ABC/Brasil-América Central/Caribe) assim como em diversos eventos presenciais ocorridos no Instituto Guimarães Rosa.

Em junho de 2023, o Embaixador e o chefe do SECOM realizaram visita a Santiago de Los Caballeros, segunda maior cidade do país e situada na região mais industrializada da Ilha, onde mantiveram

reuniões com empresários e visitaram fábricas na Zona Franca local. O Chefe do Posto proferiu palestra sobre a economia brasileira na Associação Comercial. Caberia ainda destacar as atividades de atendimento virtual do SECOM.

No que tange à área cultural cabe destacar o bem-sucedido esforço realizado pelo centro cultural Brasil República Dominicana, hoje denominado Instituto Guimarães Rosa-IGR, que completou recentemente 13 anos de sua fundação. Além de algumas centenas de dominicanos que obtiveram certificados de proficiência em língua portuguesa, pelo sistema Celpe-Bras, e que hoje ocupam nos mais diversos setores da sociedade e do governo dominicano posições de relevo, o Instituto Guimarães Rosa tem um trabalho incessante de divulgação da língua e da cultura brasileira.

Todos os meses são realizadas diversas sessões de cineclube e eventos variados que divulgam a literatura brasileira e seus principais expoentes, bem como a culinária, o teatro as músicas, em suas mais variadas formas, do nosso país. Assim também, nas datas festivas ocorridas no período 2021-2023, tais como carnaval, período de festas juninas, Copa do Mundo de Futebol, celebração do Bicentenário, celebração do 13º aniversário do IGR seja de forma presencial, seja de forma virtual o Instituto Guimarães Rosa se tem feito presente.

## MAPA ESTRATÉGICO DO MRE (PEI MRE)<sup>1</sup>

### VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

### MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços de qualidade ao cidadão no exterior.

### VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Defender e promover a imagem e a cultura do Brasil no exterior.
3. Assegurar informação, análise e assessoramento diplomático de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção das oportunidades de negócios e investimentos, dos interesses científicos e culturais, dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparéncia.

---

<sup>1</sup> O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

## MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

### **VISÃO**

Fortalecer as relações entre o Brasil e República Dominicana, favorecendo a interlocução construtiva, com vistas a promover o desenvolvimento de agenda bilateral pragmática e diversificada, correspondente ao alto potencial dos dois países e aos históricos laços de amizade entre as duas sociedades, e assim gerar contribuições efetivas para o desenvolvimento sustentável de ambas as nações.

### **MISSÃO DO POSTO**

Auxiliar no planejamento e execução da política externa definida pelo Presidente da República, em linha com os princípios definidos pela Constituição Federal, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a República Dominicana; fomentar a cooperação bilateral em todas suas dimensões, por meio de parcerias com o governo dominicano e com outros atores locais relevantes; e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros e a outros nacionais no território sob a jurisdição da Embaixada.

### **VALORES**

Profissionalismo. Sentido de missão. Eficiência. Integridade. Diversidade e Inclusão social. Solidariedade.

### **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO**

1. Ampliar a interlocução regular com agentes do governo local, da sociedade civil e do setor empresarial, com vistas a fortalecer os canais de diálogo e assim assegurar fluidez na realização de gestões e iniciativas de interesse para a política externa brasileira.
2. Prover tempestivamente a Secretaria de Estado de informações e análises fundamentadas sobre o cenário político interno e a ação internacional da República Dominicana, bem como sobre a conjuntura econômica doméstica e a inserção internacional do país.
3. Desenvolver ações junto aos órgãos governamentais competentes e atores econômico-empresariais, em favor do aumento do intercâmbio comercial bilateral e da identificação de oportunidades de investimentos.
4. Prestar as informações necessárias e o apoio devido às empresas e entidades empresariais brasileiras interessadas em iniciar ou aprofundar o comércio com República Dominicana ou em investir no país.
5. Prestar apoio na definição e execução da cooperação técnica, em áreas de interesse mútuo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, subsidiariamente, de demais prestadores nacionais de cooperação.
6. Executar e ampliar ações de difusão cultural e de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, tanto por meio de atividades realizadas na sede do Instituto Guimarães Rosa em São

Domingos, bem como mediante iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades, instituições culturais locais, atores da comunidade brasileira e do setor empresarial, além de intensificar o intercâmbio entre instituições culturais e educacionais do Brasil e da República Dominicana.

7. Fortalecer a cooperação em matéria de turismo, inicialmente com ênfase no intercâmbio de experiências e de melhores práticas, bem como estimular o maior fluxo de visitantes entre as duas sociedades.

8. Garantir serviços de excelência em matéria de atendimento consular e de assistência a brasileiros, residentes, a turismo ou em trânsito, por meio do diagnóstico atualizado das necessidades do posto e da adequação e aperfeiçoamento do pessoal consular, dos métodos de trabalho e dos sistemas empregados.

9. Prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos dominicanos ou estrangeiros na República Dominicana, conforme as diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória.

10. Apoiar a manutenção e dinamização do diálogo parlamentar bilateral, por meio do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Dominicana.

11. Zelar pela gestão eficiente de recursos humanos, materiais e orçamentários da Embaixada em São Domingos.

12. Cuidar da integridade e do bem-estar dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados no posto e de suas famílias, em linha com as diretrizes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

**METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE**

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

**I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS****i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Ampliação e diversificação do comércio bilateral e dos investimentos.**

- a) Promover as exportações brasileiras nos setores siderúrgicos, de veículos, máquinas e equipamentos, material de construção, entre outros, bem como identificar, por meio de estudos de mercado, novas possibilidades para produtos brasileiros.
- b) Consolidar suprimento regular de carnes, além de aves, para o mercado dominicano, tendo em conta as vantagens das exportações brasileiras, em qualidade e preço, em relação aos atuais fornecedores externos.
- c) Buscar conferir maior regularidade às reuniões do Conselho Conjunto de Comércio e Investimentos (CCCI).
- d) Manter interlocução periódica com as empresas de capital brasileiro na República Dominicana para conhecer suas demandas e eventuais dificuldades, bem como suas perspectivas em relação ao mercado dominicano.
- e) Colaborar com a Agência Brasileira de Promoção de Comércio e Investimentos (ApexBrasil) e com outras entidades brasileiras relevantes, para a divulgação da oferta exportável brasileira de bens e serviços, favorecendo a participação de número crescente de empresas brasileiras, em especial de pequenas e médias empresas, em feiras e eventos internacionais realizados na República Dominicana.
- f) Apoiar as iniciativas de diálogo e cooperação entre governos e entidades subnacionais, sindicais e patronais brasileiras com congêneres na República Dominicana, quando em benefício do conjunto da relação bilateral.
- g) Fortalecer a interlocução com a Câmara de Comércio Domínico-Brasileiro, ampliando o intercâmbio de informações sobre as condicionantes locais para a atividade empresarial brasileira e para o comércio bilateral.

**2. Produzir informações sobre o ambiente de negócios na República Dominicana para apoiar decisões de empresários e investidores brasileiros.**

- a) Acompanhar a conjuntura e as políticas econômicas implementadas na República Dominicana, com vistas a informar o governo, bem como entidades e empresas brasileiras.
- b) Identificar novas oportunidades abertas para investimentos brasileiros na República Dominicana, tendo em conta o marco normativo sobre inversões estrangeiras e sobre zonas francas.
- c) Desenvolver atividades de inteligência comercial, por meio da elaboração, atualização e distribuição, pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) do posto, de publicações de interesse de empresários e investidores brasileiros.
- d) Elaborar, em caráter periódico, análise sucinta da situação do intercâmbio comercial bilateral entre Brasil e República Dominicana, com vistas a manter adequadamente informados o governo brasileiro e as entidades brasileiras interessadas.

e) Produzir estudos setoriais e de mercado, em conformidade com programa de trabalho autorizado pela Secretaria de Estado.

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- a) Número de demandas atendidas pelo SECOM de promoção e inteligência comercial.
- b) Número de eventos de promoção organizados com participação da Embaixada.
- c) Número de oportunidades comerciais identificadas e de guias e de estudos de inteligência comercial elaborados.
- d) Número de participações de entidades brasileiras em seminários, eventos, rodadas de negócios e feiras.
- e) Número de reuniões e gestões junto às autoridades dominicanas competentes sobre temas de comércio e investimentos.

**II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS**

**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

**1. Acompanhar a situação interna do país em temas de relevância para as relações bilaterais e para os interesses da política externa brasileira.**

- a) Preparar, em bases regulares, informações e análises sobre fatos e tendências das políticas interna e externa na República Dominicana, inclusive em matéria de economia, comércio, finanças e investimentos, saúde, energia, meio ambiente, segurança, direitos humanos e fluxos migratórios, entre outros.
- b) Manter interlocução fluida com os principais atores da República Dominicana, com o objetivo de fazer avançar temas e iniciativas de interesse para as relações bilaterais.
- c) Preparar informações sobre as relações do governo da República Dominicana com países de maior projeção em sua agenda de relações exteriores.
- d) Trabalhar pela regularidade de reuniões dos foros bilaterais de diálogo, consultas e cooperação, segundo as prioridades do conjunto da relação bilateral.

**2. Promover e apoiar a realização de visitas oficiais, missões e encontros para discussão de temas prioritários da agenda bilateral, regional e multilateral.**

- a) Favorecer a realização de visitas recíprocas de alto nível para consolidar avanços concretos no relacionamento bilateral, por meio de resultados substantivos.
- b) Apoiar as visitas de alto nível de autoridades brasileiras a República Dominicana, segundo as prioridades e interesses identificados por ambos os lados.
- c) Promover a realização de visitas de delegações em nível técnico de parte a parte, segundo as prioridades e o andamento da agenda bilateral.

**3. Apoiar a política multilateral brasileira por meio de gestões junto ao governo da República Dominicana.**

- a) Informar sobre a atuação da República Dominicana e seus interesses em foros multilaterais e regionais.
- b) Contribuir para a aproximação e, se possível, para a concertação bilateral em foros multilaterais e regionais, em temas de interesse prioritário para a política externa brasileira.

- c) Realizar as gestões necessárias, com vistas a obter apoio do governo República Dominicana a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais.

**4. Estimular e apoiar o diálogo interparlamentar entre os dois países**

- a) Incentivar e apoiar a realização de visitas recíprocas de delegações dos grupos parlamentares de amizade, com o objetivo de valorizar e dinamizar as relações entre as duas sociedades.
- b) Estimular e prestar apoio às visitas de autoridades parlamentares brasileiras a República Dominicana e vice-versa.

**5. Fortalecer o marco normativo do relacionamento entre Brasil e República Dominicana**

- a) Avaliar as áreas em que entendimentos bilaterais seriam necessários para adensar o marco normativo bilateral.
- b) Segundo as diretrizes da Secretaria de Estado, apoiar a negociação de futuros acordos para o fortalecimento das relações bilaterais em geral e para a implementação e iniciativas de cooperação nas distintas áreas do relacionamento.

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- a) Número de documentos produzidos sobre política interna e política externa da República Dominicana.
- b) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais.
- c) Número de visitas ministeriais, de autoridades subnacionais e de delegações técnicas de parte a parte.
- d) Número de instrumentos concluídos.
- e) Número de gestões junto à chancelaria local.
- f) Número de notas oficiais trocadas com a chancelaria República Dominicana.

**III – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL**

**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

**1. Intensificar e diversificar as ações de promoção da cultura brasileira junto à sociedade dominicana e à comunidade brasileira residente na República Dominicana.**

- a) Ampliar e diversificar as iniciativas de difusão da cultura brasileira.
- b) Fortalecer a interlocução com entidades da República Dominicana para avaliar formas de conferir maior visibilidade ao Brasil e à cultura brasileira.
- c) Apoiar eventual presença brasileira em tradicionais eventos culturais da República Dominicana como a Feira Internacional de Livros e o Festival Internacional de Teatro.
- d) Explorar a possibilidade de engajar entidades subnacionais na realização de eventos culturais que realcem aspectos regionais brasileiros.
- e) Verificar a necessidade e o interesse dominicano em atualizar o convênio de cooperação na área cultural de 1942.
- f) Favorecer a retomada das atividades ao abrigo do memorando de entendimento de cooperação audiovisual de 2007.

- g) Fortalecer a divulgação das iniciativas de promoção da cultura brasileira por meio das redes sociais da Embaixada.

**2. Desenvolver atividades de promoção da língua portuguesa**

- a) Ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa desenvolvidas pelo Instituto Guimarães Rosa do Ministério das Relações Exteriores.
- b) Promover a participação de alunos de língua portuguesa em eventos culturais organizados pela Embaixada.
- c) Promover eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa.

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- a) Número de gestões com autoridades/entidades dominicanas
- b) Número de eventos e atividades de promoção da cultura e da imagem do Brasil.
- c) Número de participantes em atividades culturais promovidas pelo Posto.
- d) Número de ações de promoção da língua portuguesa.
- e) Número de estudantes de língua portuguesa.

**IV – COOPERAÇÃO JURÍDICA, EM EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DEFESA<sup>2</sup>**

**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- a) Apoiar a conclusão dos acordos de transferência de condenados, de assistência em matéria penal (MLAT) e de assistência em matéria civil, cuja negociação já foi iniciada.
- b) Aperfeiçoar os canais de interlocução com as autoridades competentes da República Dominicana, para o adequado encaminhamento de eventuais solicitações de cooperação jurídica por parte do Brasil.
- c) Promover a divulgação anual dos programas de estudantes-convênio de graduação (PEC-G) e de pós-graduação (PEC-PG), bem como prestar apoio aos candidatos dominicanos no âmbito das mencionadas iniciativas.
- d) Fortalecer a cooperação educacional entre os dois países, por meio da identificação de possíveis oportunidades de especialização para estudantes brasileiros interessados na República Dominicana e facilitação das informações a respeito.
- e) Ampliar as atividades de divulgação, para estudantes dominicanos, das ofertas de estudo em instituições brasileiras.
- f) Acompanhar e informar sobre os avanços em matéria de direitos humanos no âmbito da sociedade e das instituições da República Dominicana.
- g) Examinar a viabilidade de estabelecer o diálogo bilateral específico em matéria de direitos humanos e promoção da diversidade.
- h) Difundir políticas públicas brasileiras na área de direitos humanos, especialmente aquelas que possam ser relevantes para a situação local.
- i) No setor de saúde, avaliar se há possibilidades de cooperação bilateral entre institutos e centros de pesquisa brasileiros e congêneres na República Dominicana.
- j) Promover a realização de atividades ao abrigo do novo Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa, quando de sua entrada em vigor.

---

<sup>2</sup> A cooperação cultural foi tratada no item anterior

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- a) Número de reuniões e contatos para fomento de novas parcerias entre instituições brasileiras e dominicanas.
- b) Número de gestões realizadas para ampliar o marco normativo bilateral.
- c) Número de eventos com o apoio ou a participação do Posto.
- d) Número de estudantes enviados ao Brasil para graduação e pós-graduação em universidades brasileiras, assim como de estudantes brasileiros para formação em instituições locais.
- e) Número de visitas de delegações e missões técnicas.
- f) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre os mencionados temas.

**V – COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES**

**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

**1. Apoiar a definição e a implementação da agenda da cooperação técnica e humanitária bilateral.**

- a) Auxiliar, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e em consulta às autoridades nacionais, no levantamento das prioridades atualizadas do governo República Dominicana no que diz respeito à cooperação técnica e humanitária bilateral, favorecendo aqueles que possam gerar benefícios para ambas as partes.
- b) Acompanhar a implementação dos resultados das reuniões Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica.
- c) Apoiar entidades estaduais e municipais brasileiras em ações junto a órgãos governamentais República Dominicana, em favor do desenvolvimento e execução de projetos de cooperação, bem como de ações de aproximação nas diversas dimensões do relacionamento bilateral.
- d) Apoiar, por meio do diálogo com as entidades brasileiras de excelência em formação técnica (SEBRAE, SESC, SESI, entre outros) e os órgãos governamentais relevantes da República Dominicana, o desenvolvimento de iniciativas de formação, capacitação e treinamento, no campo das micro, pequenas e médias empresas.
- e) Fortalecer os mecanismos de ajuda humanitária brasileira, por meio da manutenção de canais regulares entre instituições nacionais e congêneres na República Dominicana.

**2. Cooperar na área de políticas de promoção da diversidade e inclusão social.**

- a) Produzir informações sobre os avanços da legislação e das políticas públicas na República Dominicana em matéria de inclusão social e promoção dos direitos de grupos vulneráveis.
- b) Facilitar contatos bilaterais sobre a matéria e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais e não governamentais brasileiras e dominicanas.

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- a) Número de projetos de cooperação técnica.

- b) Número de iniciativas de assistência humanitária.
- c) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre a situação em matéria de direitos humanos, de políticas de inclusão social e de combate à desigualdade e à discriminação.
- d) Número de reuniões, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos.

## **VI – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE**

### **i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- a) Identificar possíveis áreas de convergência de interesses em matéria ambiental para a concertação de posições.
- b) Promover a cooperação, em especial no que se refere a zonas costeiras e ambientes marinhos.
- c) Difundir informações sobre iniciativas e soluções brasileiras em matéria de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável.
- d) Trabalhar pela divulgação e difusão de tecnologias limpas produzidas e utilizadas no Brasil, em especial no setor energético.
- e) Acompanhar e relatar iniciativas da República Dominicana em matéria de prevenção, mitigação e resposta a emergências climáticas.

### **ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- a) Número de encontros sobre cooperação em matéria de proteção ao meio ambiente, de desenvolvimento sustentável e de promoção de tecnologias limpas.
- b) Número de comunicações produzidas pela Embaixada sobre iniciativas em matéria de proteção ambiental e biodiversidade.
- c) Número de ações promovidas pela Embaixada sobre tecnologias limpas brasileiras.

## **VII – APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR**

### **i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- a) Manter canais de diálogo fluido com a comunidade brasileira residente na República Dominicana.
- b) Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos brasileiros residentes ou em trânsito na República Dominicana.
- c) Garantir a prestação rápida e eficiente de assistência consular a brasileiros em situação emergencial.
- d) Difundir informações consulares de relevância para os brasileiros por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty.
- e) Dar conhecimento à comunidade brasileira de direitos e obrigações como cidadãos brasileiros residentes no exterior.
- f) Manter interlocução regular com autoridades locais, de modo a facilitar a solução de eventuais problemas migratórios que afetem nacionais brasileiros.
- g) Prestar assistência consular a brasileiros detidos na jurisdição do Posto.

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- a) Número de atendimentos ao público para providências de passaportes, registros civis, procurações, entre outros.
- b) Número de assistências consulares e repatriações realizadas.
- c) Número de visitas a nacionais detidos na jurisdição do posto.
- d) Número de iniciativas voltadas para a comunidade brasileira na jurisdição do Posto.

**IX – PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DE CARÁTER ECONÔMICO, POLÍTICO, SOCIAL E CULTURAL****i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- a) Apoiar a conclusão do Acordo MERCOSUL-República Dominicana, por meio da identificação de eventuais sensibilidades, obstáculos e oportunidades, e encontrar soluções que atenuem as preocupações dominicanas e, portanto, permitam avançar no processo negociador.
- b) Conferir prioridade à busca de posições comuns no plano bilateral que ajudem na consolidação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- a) Número de gestões e reuniões realizadas.
- b) Número de informações e expedientes preparados.



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

## RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 58, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.*

Relator: Senador ALESSANDRO VIEIRA

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor CARLOS LUÍS DANTAS COUTINHO PEREZ para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Dominicana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do indicado.

O indicado ingressou na carreira diplomática em 1990, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática. Já havia se graduado



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

em Ciências Econômicas, em 1985, pela Universidade de Brasília. Ao concluir em 2007 o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, defendeu a tese “A cooperação nuclear Brasil-Argentina: origens, condicionantes e perspectivas”.

Galgou todos os degraus da carreira diplomática por merecimento, tendo ascendido a Ministro de Primeira Classe em 2020.

Na carreira, exerceu, entre outras, importantes funções nos seguintes postos:

- 2004-07 – primeiro-secretário e conselheiro na Embaixada em Buenos Aires;
- 2007-09 – conselheiro na Missão junto às Nações Unidas;
- 2010-13 – chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos no MRE;
- 2013-16 – chefe de Gabinete na Subsecretaria-Geral Política I do MRE
- 2016-20 – Diretor do Departamento de Europa do MRE;
- 2020-22 – Diretor do Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe do MRE;
- 2022-23 – Diretor do Departamento de Caribe, América Central e do Norte do MRE;
- 2023- Diretor do Departamento de México, América Central e Caribe do MRE.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Dominicana, o qual informa acerca das relações bilaterais desse país com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos, suas políticas interna e externa, assuntos consulares e economia.



## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

O interesse empresarial brasileiro na República Dominicana está concentrado em três eixos: investimento direto para suprir a demanda interna; investimento direto em zona franca para a exportação a outros mercados; e exportação.

As exportações brasileiras, em 2022, alcançaram US\$ 1.043,6 milhão e as importações somaram US\$ 29,1 milhões. Os principais produtos exportados foram carnes de aves, produtos manufaturados e produtos químicos. Já das importações constam instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária, artigos farmacêuticos, aparelhos para conexão de circuitos elétricos, charutos, desperdícios e resíduo de cobre.

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-República Dominicana está amparado pelo Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, celebrado em 2006 e promulgado em 2010. Atualmente, o programa bilateral de cooperação é composto de onze projetos, sendo quatro em execução nas áreas de meio ambiente, agricultura, saúde e metrologia; e sete projetos em processo de assinatura nas áreas temáticas de agricultura; administração pública; desenvolvimento social; educação; saúde e segurança pública.

Haiti e República Dominicana compartilham, de modo assimétrico, a ilha Hispânia (2/3 correspondem a território dominicano e 1/3, haitiano) e mantêm relacionamento marcado pelas diferenças socioeconômicas e pela questão migratória. Nesse ponto, a participação do Brasil no Haiti durante missão internacional é bem avaliada pelas autoridades dominicanas.

Por fim, destacamos as seguintes metas enumeradas no Planejamento Estratégico da Embaixada do Brasil em São Domingos elaborado pelo indicado:

- Promover as exportações brasileiras nos setores siderúrgicos, de veículos, máquinas e equipamentos, material de construção, entre outros, bem como identificar, por meio de estudos de mercado, novas possibilidades para produtos brasileiros;



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

- Consolidar suprimento regular de carnes, além de aves, para o mercado dominicano, tendo em conta as vantagens das exportações brasileiras, em qualidade e preço, em relação aos atuais fornecedores externos;
- Identificar novas oportunidades abertas para investimentos brasileiros na República Dominicana, tendo em conta o marco normativo sobre inversões estrangeiras e sobre zonas francas;
- Intensificar e diversificar as ações de promoção da cultura brasileira junto à sociedade dominicana e à comunidade brasileira residente na República Dominicana;
- Apoiar a conclusão dos acordos de transferência de condenados, de assistência em matéria penal (MLAT) e de assistência em matéria civil, cuja negociação já foi iniciada;
- Apoiar, por meio do diálogo com as entidades brasileiras de excelência em formação técnica (SEBRAE, SESC, SESI, entre outros) e os órgãos governamentais relevantes da República Dominicana, o desenvolvimento de iniciativas de formação, capacitação e treinamento, no campo das micro, pequenas e médias empresas;
- Trabalhar pela divulgação e difusão de tecnologias limpas produzidas e utilizadas no Brasil, em especial no setor energético.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

, Presidente

, Relator